



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

| CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS   |                     |                   |             |
|--|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Reunião                            | REUNIÃO Nº: 0744/16 | DATA: 30/06/2016  |             |
| LOCAL: Sala de reuniões do Espaço Cultural | INÍCIO: 09h22min    | TÉRMINO: 12h52min | PÁGINAS: 65 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Senhoras e senhores, bom dia. Quero agradecer a oportunidade de o Centro de Estudos e Debates Estratégicos receber cada um dos senhores.

Quero cumprimentar com muita alegria e com muita satisfação e de uma forma muito honrosa receber o nosso Ministro do Planejamento, Paulo Haddad, foi nosso Ministro, além disso, com uma grande experiência em desenvolvimento regional, é um entusiasta do assunto, o que contribui muito para a nossa proposta de estudos.

Quero cumprimentar aqui também com muita alegria o nosso sempre Deputado, Ariosto de Holanda, também um grande entusiasta do desenvolvimento regional, com uma grande experiência, dedicou grande parte da sua vida a esse tema, fundamental para o fortalecimento da economia regional, para a qualificação vocacionada. Então é também uma alegria tê-lo aqui conosco, Professor Ariosto.

Quero cumprimentar o nosso querido Eduardo Fernandez , que coordena esse Centro de Estudos, agora ele vai ficar emprestado por um tempo na nossa Presidência, ou na assessoria da Presidência, mas vai, continuar, obviamente dando todo o apoio para o Centro. Quero agradecer aí toda a colaboração.

Quero também cumprimentar o nosso querido Paulo Motta, por seu entusiasmo, por sua dedicação, tem sido um grande articulador.

Cumprimentar também aqui a ABDI, que é uma agência fundamental para o desenvolvimento do País, através do Carlos Frees .

Cumprimento também aqui outra instituição importante do País, a ANPROTEC, nos parques tecnológicos do País e o José Alberto Aranha, que também é um entusiasta do assunto desenvolvimento regional.

Cumprimento também a Mariana, da Rede GIFE, uma instituição que organiza a iniciativa privada com atividades relacionadas ao desenvolvimento regional, enfim, à responsabilidade social.

Quero cumprimentar aqui também, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Wellington Simões , aqui também conosco, muito obrigado pela presença, é fundamental a participação do nosso Ministério; e não pude estar com vocês lá, fazendo as visitas, porque nós estamos visitando trinta instituições, e nós estamos chegando lá. Já está na nossa agenda, nós em breve esclareceremos melhor essa



proposta de estudos do nosso Centro, mas, muito obrigado pela presença, do diretor.

Quero cumprimentar também aqui o Dr. Teodoro, que está aqui com a gente, cadê o Teodoro, está lá ponta, que também vai nos auxiliar aqui, o Renato, o assessor.

Cumprimentar aqui também a participação do SEBRAE, o Robson Schmidt. Muito obrigado, SEBRAE, que tem tido uma participação destacada nessas questões de movimento regional e, em especial, agora, está desenvolvendo agora um trabalho chamado o LIDER, não é isso?

**O SR. ROBSON SCHMIDT** - Liderança para o Desenvolvimento Regional .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Lá no Rio Grande do Sul. Nós tivemos oportunidade de conhecer algo mais dessa experiência importante.

Quem mais eu não tive oportunidade de cumprimentar?

**(Não identificado)** - Mirian, da EMBRAPA .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Ah, da EMBRAPA, por favor, venha sentar conosco aqui, você está escondidinha aí, por favor. Eu fui recebido lá também com muito carinho, na EMBRAPA, uma instituição das mais renomadas, não apenas no Brasil, mas no mundo, um reconhecimento internacional. Obrigado, Mirian. Mais alguém? Alguma instituição?

**(Não identificado)** - A Frente Nacional de Prefeitos .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Ah, a Frente Nacional de Prefeitos. Desculpe. Gerson, não é? Ok. Gerson, muito obrigado, Gerson Martins, da Frente Nacional de Prefeitos, também fortalecendo esse trabalho.

Eu acredito que daqui a pouco o pessoal também do CGE deve chegar aí, e temos mais alguns convidados que devem estar chegando.

Eu queria, para contextualizar, mais uma vez agradecendo a presença de cada um de vocês, agradecendo a toda a nossa equipe de assessoria. Vejo o Eduardo, aqui da Casa. Quero agradecer a minha equipe de trabalho, sempre participando aqui junto, através da Giovana .

Quero dizer que a nossa intenção, o nosso Ministro Paulo Haddad vai fazer uma apresentação para a gente, mas o contexto do nosso trabalho, na verdade é fortalecer as universidades brasileiras, os *campi* universitários. Hoje nós temos mil e



300 campi universitários no País: 900 públicos e 400 IFETs, com 150 mil professores, 90% com mestrado, 70% com doutorado, é uma das forças, vamos dizer, de capital do conhecimento intelectual entre as mais fortes do mundo. E o nosso objetivo com essa proposta e com essa construção institucional, com essa articulação institucional é fazer propostas para cada uma dessas unidades, que têm o principal conhecimento das microrregiões brasileiras possam abrigar o conceito de se transformarem em centros de planejamento e desenvolvimento regional. Nós acreditamos que isso é possível, melhorar as coisas hoje, melhorar a gestão, melhorar a qualidade do que está sendo feito, através do conhecimento. E nós estamos absolutamente convictos de que utilizar ainda melhor essas potencialidades das instituições de ensino superior no Brasil seria absolutamente estratégico, para que a gente possa transformar esse conhecimento em riqueza. Efetivamente fortalecer as economias microrregionais, as economias locais. Então, o nosso objetivo é através dessas trinta instituições, entre as mais renomadas do Brasil, com a coordenação do nosso Centro de Estudos, é ouvir a experiência de todos, das universidades, das instituições, dos institutos, e propor como articular isso como proposta de política pública, uma política de Estado, onde nós pudéssemos ver o que seria necessário para que esses *campi* universitários, desde que territorializados, cada um com dois, três, cinco Municípios pudessem se transformar, efetivamente, em centros de planejamento e desenvolvimento regional.

O planejamento é algo absolutamente estratégico e a universidade tem, não apenas o conhecimento, a pesquisa, os melhores jovens e mais bem preparados jovens deste País, e ainda tem algo fundamental para que o planejamento, Prof. Haddad, possa ser efetivado, é a perenidade, algo que ninguém tem, numa democracia, onde os governos são sempre, vamos dizer assim, naturalmente no processo democrático, são trocados, trocam as pessoas, e a gente acaba perdendo, pela experiência que a gente tem, grande parte, se não quase todas as políticas públicas desenvolvidas.

Então, a gente acredita que essa articulação microrregional, essa articulação local, feita pelas universidades, com a participação efetiva dos professores e alunos, fazendo uma importante análise dos geradores de riqueza, das atividades produtivas, dos setores produtivos locais, poderá apresentar, além de articular com



as lideranças locais, soluções locais, para melhorar a produtividade, a competitividade, como incorporação tecnológica, a transferência do conhecimento, o fortalecimento do associativismo, do ambiente de negócios, do empreendedorismo local, da melhor qualificação vocacionada, a oportunidade das potencialidades, e ainda algo que nós acreditamos, assim como o nosso Deputado Ariosto Holanda, outra questão fundamental que é desenvolver bons projetos viáveis, que também é uma grande necessidade do Brasil. Nós temos hoje dificuldade, até pela extensão territorial do País e a complexidade geográfica do Brasil, em ter estruturas de planejamento regional. Na verdade, elas quase são inexistentes. Portanto, se nós tivermos os nossos *campi* universitários articulando um planejamento para o fortalecimento da economia regional, melhorando a competitividade local, sem sombra de dúvida, nós iremos melhorar a sustentabilidade, melhorar a competitividade, gerar mais empregos, enfim, e criar todo um círculo vicioso, vamos dizer assim, de um desenvolvimento sustentável. Virtuoso. Eu falei vicioso? Virtuoso, obviamente.

Enfim, nós estamos muito motivados com isso. Nessa peregrinação aí por tantas visitas, nós temos recebido muitas palavras de encorajamento. E agora nós estamos nos organizando, ouvindo as pessoas com grande experiência no tema no Brasil, os entusiastas do tema, e procurando ver como é que a gente se organiza em grupos de trabalho para propor uma metodologia que possa ser replicável, qual seria uma estrutura mínima para que os *campi* universitários pudessem desenvolver isso, com custos estimados, indicadores para que a gente tenha também organizada, vamos dizer assim, uma análise da evolução desses trabalhos e, obviamente, uma legislação que possa dar o arcabouço, certo, Eduardo? Eu estou sendo cobrado aqui: e a parte legal? Nós vamos construir juntos.

Eu acredito, portanto, que nós temos todos os elementos que nos motivam a construir, através desse arranjo institucional, essa proposta, e que ela possa ficar em pé.

Então, eu gostaria de começar rapidamente, passando a palavra ao nosso Ministro Paulo Haddad. Quero dizer, mais uma vez, Sr. Ministro, que é uma honra tê-lo aqui conosco.



**O SR. PAULO ROBERTO HADDAD** - É com muita satisfação que eu participo desta reunião do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, particularmente porque vou lidar com um assunto de que eu gosto de falar.

Em primeiro lugar, o seguinte: eu gostaria de destacar qual a minha relação profissional com o tema. Em 1962, nós estamos na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, e um dos líderes estudantis da época era o Betinho. E quando a gente tinha que discutir altos temas, o Betinho era sempre inovador nas propostas dele. Então ele colocou na mesa o tema da universidade e a realidade regional. E, desde essa época, nós começamos a ver a questão da inserção das instituições universitárias com os problemas sociais, econômicos, ambientais da região em que ela se insere.

Então, duas categorias eram muito analisadas: a alienação da universidade, em que o programa de pesquisas, de ensino, de extensão muitas vezes não tinha nada a ver com onde ela estava, com a geografia econômica e social da região; e a segunda era a busca de propostas para fazer essa integração.

Na verdade, essa foi uma visão de futuro que o Betinho teve, inclusive chegamos a fazer uma revista especial do DCE chamada “A Universidade e a Realidade Brasileira”, em que ele previa uma coisa que, na época, era praticamente inviável. Por quê? O sistema público de universidades federais tinha 100 mil alunos. O sistema privado praticamente não existia. Falava-se na Mackenzie, na PUC, uma ou outra unidade regional, mas não havia uma escala suficiente para ensinar, pesquisar e fazer a extensão, quer dizer, era uma proposta para o futuro.

De lá pra cá, nós percebemos claramente que houve um grande progresso nesse tema no País. Eu participei de um projeto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, que se chama “Educação Superior e Regiões”. Esse projeto escolheu 14 regiões em 12 países e estudou como as universidades, as instituições de ensino superior, se posicionavam ante a realidade regional.

No caso brasileiro, foram escolhidas as universidades de Londrina e de Maringá. Eu participei da Comissão. Nós fomos lá e procuramos indagar das lideranças empresariais, dos movimentos sociais e das universidades como se dava esse processo de integração. Depois de comparar os 14 estudos de caso —



Finlândia, Dinamarca, Texas, Londrina, etc —, para mim ficou claro que houve um grande progresso nessa área. De onde vieram os fatores indutores desse progresso? Vieram de quatro movimentos.

Em primeiro lugar, no campo teórico, nós fomos absorvendo as novas teorias de desenvolvimento nacional e regional em que o papel da informação e do conhecimento aparece com destaques. Nas primeiras teorias de crescimento econômico, principalmente a de Robert Solow, colocavam-se recursos naturais, mão de obra e capital físico.

Ao se estudar se esses três fatores eram suficientes para promover o crescimento econômico chegava-se à conclusão de que havia um componente adicional, que não estava nos três fatores e que o chamaram de progresso tecnológico. Só começaram a entender o desenvolvimento dos Estados Unidos, da França, da Europa em geral, quando incorporaram nas funções de produção o progresso tecnológico.

De 1950 para cá, cada vez mais, as teorias de desenvolvimento dão um peso maior para os capitais intangíveis — ou seja, capital institucional, informação e conhecimento, capital humano, capital intelectual, etc. O investimento em infraestrutura física é uma condição necessária, mas não é suficiente. Sem energia, sem logística, ela não se desenvolve, mas isso, por si só, não é capaz de trazer o desenvolvimento. Isso pesou, porque as empresas, principalmente pós-globalização no Brasil, começaram a perceber que, para serem competitivas, tinham que ter progresso tecnológico.

Então, surge uma interação com as instituições universitárias. De que forma? Na diversificação dos cursos, na flexibilização da criação das fundações universitárias, para dar mais flexibilidade de contratação e de apoio, e na expansão do sistema privado. O setor privado tinha muita rapidez em gerar alternativas quando se diversificavam o mercado de trabalho e, internamente, o sistema universitário.

Esse é o primeiro movimento, quer dizer, essa integração se deu por uma modificação estrutural no conceito do que faz o desenvolvimento. Então, houve uma valorização da pesquisa, da informação, do conhecimento. A partir daí, começa-se um processo de integração.



O segundo fator importante está ligado à diversificação da própria economia brasileira. Quando nós passamos do modelo primário-exportador para o modelo de industrialização e, em seguida, para o de globalização, as especificações profissionais foram se diferenciando.

Eu lembro que, quando eu tive que escolher a minha profissão, era 1958, as profissões eram: médico, engenheiro e advogado. Eu decidi estudar economia. Por que eu fui estudar economia? Eu já estava preparado para fazer Direito. Foi elaborado, em Belo Horizonte, o Plano Diretor da capital. Quem ganhou a licitação para fazer o Plano Diretor foi uma empresa de São Paulo chamada SAGMACS, ligada ao Movimento Economia e Humanismo do Padre Lebret. Então, o Padre Lebret foi a Belo Horizonte, e eu era estagiário dele. Ele falou: *“Não, não, há umas coisas novas por aí. Esquece essas três profissões e vai estudar economia”*. Foi um fator ocasional.

Eu lembro que, quando eu tive que falar para o meu pai que eu ia estudar economia, eu pensei: *“O que eu vou falar com ele? Isso vai ser uma frustração danada”*. Aí eu lembrei que ele era eleitor de José Maria Alkmin, que, naquela época, era Ministro da Fazenda. Então, eu falei: pai, eu vou estudar economia. Ele falou: *“O que faz o economista?”*. Eu também não sabia (*risos*), mas eu falei: *“Dá para ser Ministro da Fazenda um dia, igual o Alkmin”*. (*Risos.*)

Essa diversificação e diferenciação da economia brasileira provocou um processo muito intenso de demanda, de pressão dos mercados de trabalho sobre a universidade. Então, é outro elo de integração. A universidade hoje — particularmente, com a existência das fundações públicas e da universidade e com o setor privado tão presente — tem mais flexibilidade quando surge um problema novo, por exemplo: capacitar os gestores para o sistema do SUS ou, com a crise hídrica, formar pessoal especializado em recursos hídricos. Ela responde com muita rapidez. Esse é o segundo braço da integração.

O terceiro braço da integração são as políticas públicas, na medida em que se tem uma política industrial, uma política do agronegócio, onde se tem recursos, instituições, programas e projetos que, de alguma forma, vão esbarrar na universidade em busca de alternativas tecnológicas de informação e de conhecimento.



O quarto movimento está ligado à própria globalização do processo de ensino e formação. Programas como o Ciência Sem Fronteiras, a ida de pós-graduados, bolsa-sanduíche, tudo isso globalizou muito as nossas instituições de ensino.

Então, quando eu me reuni com a Comissão da OCDE para fazer uma avaliação do caso brasileiro, para mim ficou claro o seguinte: entre o nosso sonho de 1962 e a realidade atual, houve um grande progresso nesse tema da integração da universidade com a realidade da região em que ela se liga. Por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, quando distribui bolsas, financia projetos de pesquisa, tem na consciência desses (*ininteligível*) esse tema.

Eu lembro que eu trabalhei com o primo do Deputado Nilson Holanda num projeto (*ininteligível*) sobre ciência e tecnologia para o Nordeste. Isso não quer dizer que nós temos que ficar satisfeitos, mas temos que ficar menos insatisfeitos. Bom, essa é a minha reflexão.

Então, o que eu vou fazer aqui? Eu vou pegar o tema do desenvolvimento regional e vou trabalhar casos, experiências que eu vivi, de algum momento em que se está na mesa da discussão e fala-se: *“Isso tem que cair na universidade, é um problema de ciência e tecnologia, um problema de inovação. Então, vamos lá”*. A geração de demanda foi criada pelo processo de desenvolvimento regional.

Outro ponto importante é que, desde o Governo Geisel, desde o começo dos anos 80, nós não temos dado importância, na Administração Pública Federal e Estadual, ao problema do planejamento de médio e longo prazo. Foram elaborados muitos projetos, muitos programas, muitos planos, mas isso é o capítulo 1 do processo. Não se pode parar e dizer: *“O que fazer?”*. Mas tem que se saber como fazer e fazer experiência.

Quando eu era Secretário de Planejamento de Minas Gerais e fui fazer o Plano de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado, eu comecei do capítulo final. O que é possível fazer? O que é preciso modificar para que seja feito? E, então, vim para o capítulo 1, *“O que fazer”*.

Ou seja, se não se incorpora as condicionalidades, as restrições do processo e não se vê aquelas que se aceitam e as que têm que se mudar, nunca se vai conseguir fazer nada no médio e longo prazos.



Existe, então, uma questão, que é a seguinte: qual é a ideologia dos planos de ajuste fiscal? Esses planos, que já vêm nessa sequência, partem do seguinte princípio: se se fizer o ajuste fiscal, vai-se criar um ambiente de confiança e levantar a expectativa dos empresários e consumidores, que vão investir, que vão consumir, que vão inovar, etc. Isso se chama Modelo de Austeridade Fiscal. Foi concebido numa universidade de Milão, na Escola de Finanças Públicas, por Luigi Einaudi, depois foi crescendo, penetrando, e hoje tem-se essa ideia de que o crescimento se faz depois que se equilibra o setor público, depois que se faz o ajuste fiscal.

Isso é um perigo danado, pelo seguinte: quando nós fazemos a divisão entre curto prazo, médio prazo e longo prazo, fazemos um tempo analítico. Como a realidade social e econômica é muito complexa, nós fazemos como se estivéssemos em um laboratório. Eu vou examinar um assunto, supondo que a população vai manter o padrão dela, que a distribuição de renda não vai ser alterada, que o progresso tecnológico vai se manter. No curto prazo, no meu laboratório, eu testo se eu mudar as finanças públicas o que acontece. Mas isso é analítico, é para se raciocinar, é para se simular em um laboratório, onde as coisas não funcionam assim.

Por exemplo, um dos problemas principais do Brasil é a desigualdade social. Há o livro do Thomas Piketty, que estuda a desigualdade no capitalismo. Lá ele fala que gostaria de estudar melhor a situação do Brasil, mas que a situação do Brasil não poderia ser estudada, porque ele estava usando informações do imposto de renda de vários Países, onde, tirando-se a distribuição de renda, tem-se a distribuição da riqueza, do patrimônio. Acontece que, no Brasil, as estatísticas que ele tinha eram ligadas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, que dá uma informação melhor sobre as estatísticas do trabalho. Então, com o capital financeiro, a renda nacional em formato de salários, lucros, juros e aluguéis, ele captaria bem se houve desigualdade no mercado de renda e de trabalho e transferência, mas não conseguiria medir a riqueza financeira.

No ano passado, a Receita Federal disponibilizou as informações para pesquisa. O IPEA fez uma série de pesquisas e constatou — comparando com os casos que o Piketty estudou — que o Brasil era o País que tinha a maior desigualdade de renda do mundo, naquele mundo dos casos.



Faz-se uma política de curto prazo em que juros vão a 14,5%, o desemprego aumenta e os serviços públicos diminuem. Então, o que acontece com a distribuição de renda? Amplia-se. Se uma pessoa que tem 1 milhão de reais acumulados vai ao Tesouro Direto e ganha 145 mil reais por ano, que, divididos por 12, dão 10 mil de renda adicional, sem fazer nada, que empresário, com esse capital, vai arriscar fazer essa aplicação em uma economia recessiva? Então, o que era uma política de curto prazo tem uma ligação muito forte com uma questão de médio e longo prazo que é a desigualdade social.

Então, nesse sentido, o que acontece? Quando se tem que fazer o corte da despesa pública, faz-se uma ação *ad hoc*, quer dizer, em que há menos “vocalidade” política, em que menos vai se gritar e que será mais fácil cortar. Corta-se sem que se tenha uma teoria, uma visão, uma ideologia sobre o papel do Estado na economia. Se as políticas sociais compensatórias que nasceram da Constituição de 1988 nasceram com uma demanda histórica para diminuir a desigualdade social do País, vai cortá-las? Como o desequilíbrio regional é uma questão fundamental, vai mexer no FINOR e nivelar a taxa de juros do Nordeste com a do mercado financeiro? Tudo isso, então, mostra que a falta de integração entre as políticas de curto, médio e longo prazo pode ser o fator de criação de tensões políticas e econômicas no País.

Essa é uma questão muito importante, e podemos discuti-la depois. Por exemplo, o Roberto Campos, quando foi Ministro, pegou, para a época, a inflação muito alta. Estava 86% ao ano. Ele fez o PAEG — Programa de Ação Econômica do Governo —, que é um plano de curto prazo, mas fez também um plano decenal de desenvolvimento e articulou os dois programas. Então foi aí que nasceu o novo sistema tributário, o sistema financeiro de habitação e o sistema de incentivos fiscais, ou seja, ele dá conotação para a política de curto prazo a partir de uma visão de médio e longo prazo.

O capitalismo brasileiro, queiramos ou não — aí eu já vou colocar a primeira transparência —, resolveu um problema antigo que vamos discutir agora.

*(Exibição de imagens.)*

**O SR. PAULO ROBERTO HADDAD** - Ali, é o último ano em que o PIB *per capita* tem dados por Município. Os Municípios em vermelho, que são estes aqui,



são Municípios que têm um PIB *per capita* inferior à média brasileira, inferior a 30%. Então, do PIB do Brasil de 2012, quais os Municípios têm o PIB *per capita* inferior a 30%? São aqueles lá. Nós temos que tirar do gráfico essa região aqui, que é um grande vazio demográfico, a Amazônia Oriental, porque ali é economia de subsistência, é um grande vazio demográfico. A expressão “PIB”, para esta região, não quer dizer muita coisa. Ali é mais um ativo ambiental do que um PIB. É um estoque de riqueza ambiental.

Na hora que se vem para o lado do Pará, começa a aparecer o vermelho. Vamos chamar este vermelho de áreas economicamente deprimidas. Elas estão na área desmatada do Pará, elas estão fortemente no Semiárido nordestino, no Agreste e no Sertão. Elas pegam 180 Municípios de Minas Gerais, norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e quatro microrregiões do Rio Doce. E ela deve pegar uns 2.500 dos 5.600 Municípios do Brasil. Este é o problema. Este é o problema. Quer dizer, quando se trabalha aqui na política econômica com a visão de agregados significativos — PIB, taxa de desemprego, balanço de pagamento e investimento são agregados para a economia nacional —, esquece-se que o Brasil é um mosaico de regiões. Há que se ver o Brasil como um mosaico de regiões.

Ao mesmo tempo, há ali, no azul, as regiões de desenvolvimento do País, que têm um PIB *per capita* superior a 200% o do Brasil, duas vezes a mais. Quando é que o Brasil está crescendo? O Brasil está crescendo nas áreas já industrializadas. Não estou falando da recessão atual, estou falando que em médio prazo o Brasil está crescendo nas áreas industrializadas. Por exemplo, o eixo Campinas-Sorocaba — que chamamos de eixo asiático por causa das empresas que estão se localizando nesse eixo — está crescendo, em São Paulo, no eixo sucroalcooleiro. Ele está crescendo no norte do Mato Grosso, no centro-norte, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Nova Mutum, com um PIB muito elevado. São áreas do agronegócio. Está crescendo no oeste da Bahia, nas regiões petrolíferas, na Zona Franca de Manaus. Então é possível identificar as áreas de grande desenvolvimento do País. Por outro lado, é possível identificar as áreas economicamente deprimidas. Então, vamos parar um pouco aí e voltar àquele tema. Depois eu vou falar como eu acho que podem desenvolver essas regiões.



Todo país capitalista tem o seguinte problema: o capitalismo sabe crescer, mas não sabe distribuir. Ou seja, ele inova, ele traz novos produtos, métodos de produção e técnicas, ele avança, mas, enquanto isso, a desigualdade tende a aumentar.

Por exemplo, no caso dos Estados Unidos, há, desde 1975, um aumento brutal da desigualdade social. É a época por que começaram as inovações tecnológicas da ciência da Tecnologia da Informação. É um tema tão importante que hoje domina a literatura dos novos livros que estão sendo publicados nos Estados Unidos, como os de Stigrates e Atkinson. Há vários livros sendo publicados preocupados com isso. Por quê? Dois epidemiologistas fizeram o seguinte estudo. Eles pegaram 14 indicadores sociais, como mortalidade infantil, mortalidade geral, prisões, violência, me perguntaram, com o nível de desenvolvimento testado? Negativo. Quanto mais desenvolvido o país, não quer dizer que melhores os indicadores de qualidade de vida. O que explica, na análise deles, é a desigualdade social. Então, o país com desigualdade social muito alta, como os Estados Unidos, lidera o *ranking* dos piores indicadores sociais — número de prisão, nível de educação fraco, etc.

Há uma preocupação com esse problema. O que os políticos, este Congresso, fez em 1988? Você pode dizer o seguinte: é pressão das bases, é o recado dos eleitores... O que é? Eu não sei. Mas o que ele fez? Ele fez um conjunto de políticas sociais compensatórias. E esse conjunto de políticas sociais compensatórias chama-se Lei Orgânica de Assistência Social, que é um salário mínimo para o idoso ou o deficiente; chama-se previdência rural, porque independentemente de contribuição ou não, a pessoa recebe um salário mínimo; chama-se Bolsa-Família. São os benefícios continuados.

E, hoje, entre o dia 1º e 5 de cada mês, você faz 25 bilhões em pagamentos das políticas sociais compensatórias. Aí, veio as teses neomalthusianas: “você está estimulando a preguiça, esse pessoal não quer trabalhar, você não encontra mão de obra no campo”, e toda essa coisa. Mas, nós temos que olhar de outro ângulo. Isso foi a solução que o Congresso Nacional, ao elaborar a Constituição de 1988, deu para esse problema estrutural do capitalismo.



O que seria dessas regiões se não houvesse essas políticas sociais compensatórias? Em primeiro lugar, essas políticas estão ligadas ao salário mínimo. E o salário mínimo foi corrigido, nos últimos 10 anos, em 60% acima da inflação. Visitando um Município do Vale do Mucuri chamado Pavão, eu, conversando com um cidadão, ouvi: “eu estou recebendo um salário mínimo, e aqui em Pavão eu sou classe média”. Aí, você pergunta: “porque ele se sente classe média?” Porque o salário mínimo é o mesmo para o Brasil todo, calculado levando em consideração cinco funções fundamentais da família: alimentação, saúde, educação, transporte e habitação. Ora, em Pavão, eu não preciso de transporte. A educação e a saúde são públicas. A habitação já é historicamente da família. Então, ele tem uma renda praticamente discricionária, ou seja, uma renda livre de compromissos, de prestações, etc. E ele pode gastar.

Nesse sentido, se nós não tivéssemos isso, nós teríamos dois fenômenos. O primeiro é o fenômeno da continuidade da migração das áreas mais pobres para os grandes centros metropolitanos — que está estancada, a Maria Amélia deve ter falado isso. Você não tem aquele fenômeno da migração da Europa, em que vem aquela leva de pessoal, pela guerra e pela pobreza. E se nós não tivéssemos esse esquema, nós íamos ter ali a Somália no Vale do Jequitinhonha, um Sudão no agreste da Paraíba, etc. Seria um recorte de africanização da pobreza brasileira.

E o que acontece quando você faz um programa de ajuste, que basicamente eu chamo de programa de corte e costura, economia de corte e costura? Aumenta imposto e corta despesa. O pessoal, com todo o respeito pela burocracia de Brasília, toma decisão na cúpula do Governo, e tem que cortar 30 bilhões. E começam as racionalizações: “tem muita malandragem nessas políticas sociais, o pessoal não quer trabalhar”, e aí vai. Esse é um problema.

O segundo problema é como é que sobrevivem esses Municípios? Além da política de transferência de renda familiar, há as transferências federais dos Fundos de Participação dos Municípios, Fundos de Saúde e de Educação. E, politicamente, houve muita consciência nesta Casa, que entendeu que deveria existir o peso redistributivo. Ou seja, que, ao fazer os critérios para se distribuir o percentual do IPI e do Imposto de Renda para os Municípios, deveria haver um percentual com um peso muito grande para a pobreza — quanto mais pobre, mais recebe.



Então, o que está acontecendo? Eu visito muito, conheço dois mil Municípios, já trabalhei em dois mil Municípios do Brasil. E ao visitar Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, ou um Município na ponta de Alagoas, no sertão, você vê que 80% do orçamento do Município são transferências. O recurso próprio, que é IPTU, ISS, etc, não existe. E 60% da renda familiar é de transferência das políticas sociais compensatórias.

As pessoas podem dizer: “bom, mas isso é um problema”. Não, é a solução de um problema. Isso tem que ser colocado assim. Enquanto você não encontra uma porta de saída para esses Municípios, enquanto você não localiza como desenvolver esses Municípios, é melhor ficar assim. É melhor ficar assim, porque há fome. Neste indicador, a desigualdade diminuiu muito. O índice de Gini caiu para esse tipo de renda enormemente. A pobreza diminuiu, a fome diminuiu, as famílias pararam de migrar por falta de alternativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Vocês estão conseguindo ouvir aí atrás? Tudo bem? Porque vocês não podem perder isso que o professor está falando, porque a vivência dele nessas regiões com depressão econômica, como se diz, é muito importante. Essa vivência que ele tem é muito importante.

Se o senhor puder falar sempre próximo ao microfone, professor, para pudermos gravar essas contribuições, agradeço.

**O SR. PAULO ROBERTO HADDAD** - Só para amenizar um pouco o ambiente, eu vou contar um caso aqui.

Essa palestra está baseada em três livros que eu publiquei recentemente: Economia de uma Sociedade Desigual, Economia Peregrina, um livro comercial da Saraiva chamado Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento, com o prefácio do Delfim Netto.

Qual é a minha crítica ao que está acontecendo? É a seguinte: quando você faz uma política de ajuste, diz-se que o problema está crítico, têm-se que controlar a despesa pública, o *déficit* está enorme. E é verdade. Mas se fala que a primeira providência é segurar as iniciativas. O planejamento é visto no Ministério da Fazenda como o centro de criação de despesa, de programa, de projeto, de políticas públicas. E a tendência é transformar o planejamento no braço orçamentário do



Ministério da Fazenda, quase que uma divisão do Ministério da Fazenda. E isso está acontecendo profundamente.

Para ilustrar essa pobreza da política econômica, eu escrevi um artigo que se chama “O garçom que falava economês”, e era um garçom que trabalhava no gabinete do Ministro da Fazenda que, durante as reuniões da equipe econômica, ficava servindo água, cafezinho, e ficava mais ou menos preso ali para atender à demanda do Ministro.

Aí, num sábado, ele era padrinho de casamento, colocou o melhor terno, a melhor gravata e falou com a esposa dele: *“Olha, eu vou passar lá no gabinete do Ministro e vai chegar uma missão do FMI”*. Então, ele estava lá arrumando o gabinete, e a missão chegou antecipadamente.

Aí ele falou: *“Senhores, sentem-se aqui, porque a equipe econômica deve chegar daqui a pouco, mas os senhores não se preocupem; a inflação está dando um salto, mas o Banco Central já elevou a taxa de juros, o câmbio está sob controle e, toda vez em que for preciso, nós fazemos a intervenção”*. E foi usando as imagens do Ministério. *“Nós não estamos aqui para enxugar gelo. Nós não estamos aqui para dar um tiro no pé”*. E, depois dos 5 minutos, ele falou assim: *“Com licença que eu vou ver se o pessoal chegou”*.

Havia na missão um técnico que vinha ao Brasil, pela primeira vez, que cutucou o colega do lado e falou assim: *“Esse Ministro é dos bons”*. (Risos). É um pouco de ironia pelo seguinte: com 200 palavras hoje, um jornalista, um comentarista, um garçom descrevem a política econômica do País. Tiraram-se da agenda as questões que são relevantes. Vocês já ouviram falar em desequilíbrio regional nos últimos anos? Já ouviram a discussão de progresso tecnológico? Foi ficando um vazio enorme, foi-se colocando debaixo do tapete.

Muito bem, vamos continuar. Surge a questão de como desenvolver essas regiões. Então, vamos dar uma olhada na questão da importância da ciência e da tecnologia. Ali é um trabalho que aparece no último livro do Jeffrey Sachs, que há as ondas de crescimento do capitalismo mundial desde o século XIX até a atual crise econômica, de 2008.

Então, vê-se que o capitalismo funciona por ondas progressivas, quer dizer, o crescimento da economia vai subindo em média. E ele fez isso: as ondas de



Kondratiev. E pergunto o seguinte: por que acontece isso? Aí eu coloco o gráfico seguinte, que é o gráfico das inovações tecnológicas.

Aí são as ondas de inovação. Aqui há vários tipos de inovações: eletricidade, petroquímica, ferrovias. Essas são inovações tecnológicas. Até a quinta inovação, trabalhou-se com a produtividade do trabalho. É o seguinte: chegava-se aqui a uma fábrica de tecido antes da Revolução Industrial Inglesa e falava-se assim: *“Eu vou aumentar sua produtividade 300 vezes”*. O trabalhador não acreditava. Ou chega-se aqui às redes digitais e fala-se o seguinte: *“Eu vou aumentar a sua produtividade para fazer uma tese de 300 vezes”*.

Lembro que, em 1965, eu fui estudar planejamento na Holanda e, numa Semana Santa, eu tinha que inverter uma matriz de insumo em produto de 16 por 16. Aí cancelei a viagem e fiquei no instituto com a Divisumma, que não tinha fita — aquela barulhada da Olivetti Divisumma. Aí, chegava-se ao final e se perguntava: *“será que errei?”*. Fazia-se de novo. Demorava-se uma semana.

Ao meu filho, que é economista, Diretor da FIPE, contei este caso: aqui tem uma matriz de 56/56; quanto tempo o senhor acha que eu vou levar para fazer essa inversão? Bom, eu falei, vai levar umas horas. Ele falou: *“pegue aquele livro para mim”*. Deu um clique. A produtividade trabalha.

O advogado que tem que fazer um parecer, em vez ir ao arquivo público, a uma universidade para folhear jornal e procurar portarias, ele acessa em um minuto tudo aquilo que interessa a ele.

Então, depois daqui, nós entramos na sexta onda de inovações, que está orientada para a produtividade e os recursos naturais. Se vocês olharem... Aqui é bom fazer uma diferença. Há inovações estruturais e inovações incrementais. Na hora em que se cria uma rede digital, isso é inovação estruturante. Agora, se eu meloro a rapidez do computador, diminuo o computador, acelero, etc, isso é incremental. A revolução foi a criação da rede digital.

Então, ainda há, em todas essas áreas, inovações incrementais. Mas aí se está atuando sob a característica do produto, característica do processo, característica da tecnologia, mas não sob a inovação estruturante.

Bom, atualmente, se vocês observarem, a maioria das inovações estão ligadas com recursos naturais. E onde que se produzem as inovações? Imaginem



alguém lá no oeste da Bahia. Percebam que a produtividade do Cerrado da Bahia está diminuindo, o que tem a ver com o modelo produtivo, com a tecnologia, com a semente. Onde se informar sobre isso? Nos centros de pesquisa. É na EMBRAPA, no Instituto Agrônomo, no Departamento de Economia Agrícola da Universidade, etc.

Então, quanto às inovações, embora haja sempre alguém talentoso, que pode ter feito isso, um Bill Gates, um Thomas Edison, etc, mas elas só ocorrem quando se tem um nível de conhecimento, de informação que podem ser utilizados. Ainda que eventualmente ela seja gerada *a posteriori*.

Bom, vamos continuar aqui, que é o seguinte: vou deixar isso para depois.

Na minha experiência de trabalhar com regiões, eu desenvolvi este roteiro como um processo para desenvolver. Chama-se Modelo de Desenvolvimento Endógeno. A palavra endógeno se contrapõe ao desenvolvimento exógeno.

Então, vamos ver um exemplo de desenvolvimento exógeno. A Vale do Rio Doce faz uma pesquisa na região de Carajás, na Província de Carajás, com colaboração da (*ininteligível*), com colaboração da Universidade, com Consultores, e descobre que ali, na região, tem uma grande reserva de minério de ferro de alta qualidade. Aí, consegue um empréstimo do Japão — nós estamos no Rio —, uma autorização do Governo Federal. E a população local acorda com o barulho das máquinas, e vê as máquinas irem para lá e para cá, e as coisas acontecendo. Na fase de implantação, milhares de pessoas chegando aquele vilarejo, mão de obra não qualificada, migrantes rurais, prostitutas, negociantes etc, dá aquela anarquia e surge o Projeto Carajás.

Toda etapa de decisão é (*ininteligível*), a mesma coisa podemos falar de outros projetos. Então isso é um modelo típico dos grandes projetos de investimento.

Durante o regime militar, isso era muito mais comum. Mas agora, na hora em que você vai fazer uma hidrelétrica, não se surpreende mais a população porque temos o *advocacy planning*, são organizações não-governamentais, intelectuais, professores, congressos que estão presentes lá para discutir a forma de intervenção na economia regional.

Mas, de qualquer jeito, pela minha experiência, esse é um roteiro que eu tenho usado nos meus trabalhos. Em primeiro lugar, para haver desenvolvimento



tem que haver inconformismo. Se você vai a um Município do Sertão da Paraíba ou do Vale Jequitinhonha e identifica potenciais de desenvolvimento.

Antigamente, considera-se potencial de desenvolvimento uma lista de produtos muito limitados, mas com a globalização da economia se redefine o que é potencial desenvolvimento. Por exemplo, as indústrias de papel e celulose do sul da Bahia e do leste brasileiro em Minas Gerais fizeram um programa de expansão. Ao fazer o programa de expansão, elas tinham que tomar a seguinte decisão: eu compro terra e planto ou eu vou às pequenas propriedades, converso com as pessoas e pergunto: *“Qual a área, a capacidade ociosa que você tem aí?”* *“Tem 10 hectares ali.”* *“Então, você quer fazer um negócio? Nós vamos usar essa sua área que você não considera produtiva e vamos fazer um negócio: eu faço o contrato de assistência técnica, de pré-compra da...e te financio.”* Então o Morro do Vale do Jequitinhonha ou de Teixeira de Freitas na Bahia vira potencial econômico. Isso já está na literatura clássica, o Ricardo dizia que quando se vai desenvolvendo se começa a usar os recursos naturais de pior qualidade.

Então, ao se desenvolver tecnologia para plantar no deserto ou no sertão, se transforma aquela área em recurso natural.

Está também na literatura clássica, através de Von Thünen, em 1826, quando ele diz que se vai usando recursos mais distantes do mercado. Então essa conotação do que é potencial econômico, não se pode chegar numa cidade do sertão da Paraíba e falar que não tem potencial de desenvolvimento. De forma alguma!

Hoje, o grau de liberdade que a tecnologia criou, e que a demanda de mercado para produtos intensivos em recursos naturais é tão grande, que se acaba redefinindo a potencialidade do País. Não é preciso ter terra roxa estruturada para dizer que o Município tem potencial.

Então é preciso quer haja inconformismo. Onde não há inconformismo?. Vocês terão uma grande surpresa. Todo mundo pensa que toda aquela região em vermelho representa quem ganha sem produzir. Aqui é bom fazer uma observação. Keynes dizia o seguinte: o que dá bem-estar às famílias não é o PIB, mas a renda. Então, pode-se ter bem-estar sem produzir. Aquela região toda produz pouca, mas proporciona um bem-estar para as famílias.



Se você for ao semiárido de Sergipe, reunir o pessoal e mostrar a eles que ali tem um potencial de desenvolvimento de pesca e que se pode fazer um projeto para aproveitá-lo, você vai encontrar apatia, conformismo, desinteresse. Você vai ter que fazer outra reunião e outra reunião.

Mas não é só lá. Não é só nos Municípios onde a população vive de transferência de renda familiar e de transferência de renda fiscal pelos fundos de participação, é também em regiões que foram desenvolvidas e entraram em decadência.

Um exemplo é metade sul do Rio Grande do Sul. Os gaúchos chamam os Pampas como área deprimida.

Tem alguém do Rio Grande do Sul aqui? Eu já visitei a região e é bom qualificar isso. Rio Grande, Livramento, Bajé etc., você pensa que área deprimida.

Diz Adam Smith, no livro *A Riqueza das Nações*, que viajava pela Europa como tutor de um filho de um homem muito rico, quando chegou à Itália e ficou surpreso, porque diziam que a Itália estava em decadência, mas se surpreendeu ao ver Veneza, prédios, palácios, igrejas. Onde estava a decadência?

Diz ele que o processo de decadência é historicamente lento. A decadência não é uma ruptura, não é *keeping point*, em que você dá um corte no processo, é lento. O que aconteceu lá? Como houve o uso predatório dos recursos naturais dos Pampas, houve um processo de empobrecimento e de desertificação. Com a inovação tecnológica do cerrado, que eu vou falar daqui a pouco, o pessoal migrou. Eu praticamente morei dois anos em Rondônia, quando o território virou Estado. Eu ajudei a montar o aparelho administrativo. Em Vilhena, a primeira cidade, a fisionomia da cidade é toda gaúcha, a estrutura das ruas e das casas etc. Em Ji-Paraná, há muitos gaúchos. Em Ouro Preto do Oeste, muitos gaúchos. Em Balsas, no Maranhão, também tem gaúchos. Então essa migração foi interessante porque houve a migração do capital humano, o capital que sabe organizar a produção, o capital que sabe produzir com eficiência.

Outra região é o Vale do Mucuri, Teófilo Otoni e Valadares.

Vou retornar ao gráfico vermelho. A grande pergunta que se faz é a seguinte: O que há de comum nesses Municípios? Uma pessoa de pensamento mais à esquerda poderia dizer: *“Ah, o latifúndio, a concentração da propriedade”*. Nada



disso. O que aconteceu aí foi o seguinte: o uso predatório do ecossistema, quer dizer, a destruição do valor econômico da natureza.

Eu vou dar um exemplo. Em 1960, saía-se de Muriaé, no leste de Minas, e ia-se a Governador Valadares pela Mata Atlântica, e havia uma pecuária que, segundo a Instituto Bioatlântica, tinha uma produtividade de sete cabeças de gado por hectare. Aí, veio o processo de urbanização e de industrialização, e eliminou-se a Mata Atlântica — só restam 3% dela lá. Para quê? Para obter madeira nobre, como jacarandá e mogno, para fazer móveis de luxo — a Biblioteca Nacional de França é construída com madeira da Mata Atlântica da Bahia —, madeira para os altos-fornos dos guseiros e madeiras para as serrarias da indústria de construção civil, além da madeira eliminada para fazer pastos. Resultado: assoreamento do rio, perda da fertilidade do solo, etc.

Então, o que aconteceu? A produtividade da pecuária passou a ser 0,8 cabeças de gado por hectare — isso foi medido. A baixa produtividade resulta em baixa renda, que lava ao baixo poder de compra, à pobreza, demandando uma política social compensatória. Essa que é a lógica. Então, lá no Vale do Mucuri, Governador Valadares e Teófilo Otoni, que foram cidades muito prósperas, com ferrovias e prédios, que avançaram muito, hoje, estão estagnadas.

Agora, podemos pensar no tipo de região. Eu rodei 500 quilômetros por região desmatada do Pará para ajudar a localizar um projeto de biodiesel de dendê, uma consultoria. Não há nada lá, não há alma. A produtividade seca.

É muito difícil, para essas regiões que foram prósperas, fazer um modelo de desenvolvimento endógeno, porque a região é pobre, mas a elite é rica. Esse que é o problema. Você faz a reunião com os empresários da construção civil, do comércio, do mercado de terra, do mercado de fazenda, pessoal tranquilo, e a coisa não sai do lugar. Então, esse é um problema da endogenia, para começar.

Podemos voltar para o modelo?

Então, a primeira etapa é o inconformismo. Não adianta querer desenvolver locais onde não há inconformismo. Eu já fui a regiões em que você fala sobre o potencial de desenvolvimento...

Por exemplo, essa região do Pará está produzindo degradada. Ela foi bem receptiva ao plantio de palmáceas de dendê, que estão gerando óleo combustível



para a o transporte ferroviário feito pela Vale, mas com as sementes produzidas por biotecnologia na Costa Rica. Entenderam? A questão é ter informação, conhecimento. Isso foi feito com apoio da EMBRAPA.

A segunda etapa é a diagnose participativa. Em 1976, quando eu fui encarregado pelo Governo de Minas de fazer o plano diretor da área mineira da SUDENE, nós fizemos a primeira experiência de planejamento participativo no País, eu acho, nós fomos para a terra do Eduardo Fernandes, Montes Claros, a rainha do norte de Minas. Durante um feriado escolar, fizemos um grupo com lideranças da área de educação, saúde, movimentos sociais, secretários etc. e fizemos uma identificação das opiniões, aspirações, propostas, ideias, sonhos. Depois construímos um plano diretor, voltamos e validamos: plano diretor da área mineira da SUDENE. A partir daí, com a abertura política, observa-se que a experiência e planejamento participativo é generalizada. Não se faz um Plano Nacional de Logística e Transportes sem conversar com Stak Hondas. Não se faz um programa de desenvolvimento rural integrado sem conversar com as famílias.

Então, nossa experiência hoje é de desenvolvimento endógeno com planejamento participativo.

Depois vem a agenda de mudança e processo de implementação.

Eu vou citar agora casos, para vermos onde é que entram os institutos de ensino superior. Vou citar dois, Minas Gerais e Ceará.

Em 1968, nós estávamos muito insatisfeitos e inconformados com a situação do Estado de Minas Gerais. Juscelino Kubitschek, que havia sido Governador de Minas Gerais, tinha como mote a ideia de energia e transporte. Ele criou a CEMIG, DR, uma boa infraestrutura de hidroelétrica e de transporte.

Como Minas não tinha indústria, não gerava emprego, grande parte da energia era exportada para São Paulo, que estava se industrializando. Falava-se que Minas exporta mineiros e minérios. Minas é a caixa d'água do Brasil. Agora, o que é mais grave? Nós tínhamos outro sistema educacional, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Lavras, UFMG, Escola Técnica, educação dos colégios religiosos muito bons, Itajubá, Santa Rita. Mas o que acontecia? Não tinha emprego. Dezessete por cento da população de Minas migraram na década de 60.



Imagina, Deputado Ariosto Holanda, 17% da população do Ceará sair em busca de emprego e oportunidade! Então saiu muito capital humano, época em que o Drumont, jornalistas, intelectuais, aqueles quatro do encontro marcado, todos foram morar no Rio de Janeiro, em São Paulo etc. Saiu pessoal para trabalhar na lavoura de café no norte do Paraná. Saiu pessoal para trabalhar na construção civil e na indústria da Região Metropolitana de São Paulo. Saiu pessoal para trabalhar na fronteira agrícola.

Lá em Vilhena, tinha o CETREMI — Centro de Triagem e Apoio ao Migrante. Eu fui ver os formulários: Origem, Paraná; nascimento, Minas Gerais. Era o pessoal fazendo a segunda rodada de migração.

Aconteceu que essa insatisfação gerou uma mobilização. Nós estávamos no regime militar. Não foi participativo, foi de elite: professores da Universidade Federal de Minas Gerais, de Lavras, Ouro Preto, Itajubá, associação comercial e políticos, liderados pelo Rondon Pacheco. Aí fizemos um diagnóstico da economia mineira e uma agenda de mudança. Eram cinco volumes. O último volume terminava assim: *“Pior do que a situação identificada nesse diagnóstico é a perspectiva”*. Aí, os autores fomos chamados de profetas da catástrofe.

A agenda de mudança, de que tratamos, é um ponto interessantíssimo. Hoje, a teoria de desenvolvimento regional e nacional diz que não são os capitais tangíveis — máquinas, estradas, hidrelétricas — que fazem o desenvolvimento. São a condição permissiva para o crescimento. Capital intangível é capital institucional, capital intelectual, capital cívico, a vontade do povo de se desenvolver.

E, aí, vale a pena contar um caso importante. Em 1962 ou 1963, o Presidente Kennedy estava preocupado com a presença cubana na América Latina, particularmente, com as Ligas Camponesas de Francisco Julião no Nordeste e com a presença de Che Guevara na Bolívia. E o diagnóstico foi o seguinte: o socialismo avança onde há pobreza. Aí, o Kennedy falou o seguinte: *“Quando a Europa estava destruída, depois da Segunda Grande Guerra, nós fizemos o Plano Marshall e, em 10 anos, levantamos a Europa. Vamos fazer o Plano Marshall da América Latina, chamado Aliança para o Progresso”*.

O Celso Furtado escreveu um artigo clássico. Chama-se *Assimetria no Retrocesso Econômico*, em que fala que, quando acabou a guerra, o capital físico —



as hidrelétricas, as estradas — estava destruído, mas o capital intangível estava lá. Eram a Universidade de Heidelberg, as associações empresariais, o sentimento cívico de reconstrução da Europa, as instituições, o recurso humano etc.

Se for investido dinheiro no Nordeste sem que sejam trabalhadas as instituições, depois de 10 anos, as desigualdades sociais terão sido reproduzidas em escalas maiores. Nada mais que isso.

No caso de Minas Gerais, nós trabalhamos as instituições. Foi criado o CETEC — Centro de Tecnologia Urbana. Foi criada a EPAMIG — Empresa de Pesquisa Agropecuária. Foi criada a Fundação João Pinheiro. Foi criada a Companhia de Distritos Industriais. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais foi fortalecido. Então, o desenvolvimento foi alcançado a partir de instituições, de capitais intangíveis. Com 5 anos, Minas atraiu 410 projetos industriais e, principalmente, passou a economia do Rio de Janeiro como segunda economia do Brasil. Chamamos isso de grande transformação, ocorrida graças ao planejamento de médio e longo prazos.

É curioso: Rondon Pacheco foi o Governador mais importante para a modernização da economia mineira e não conseguiu se eleger Deputado Federal.

Bom, ele trouxe da Universidade Federal de Lavras um professor chamado Alysson Paulinelli, que já tinha incubado, com seus colegas da universidade, a ideia de que o cerrado brasileiro, que ocupa 60% do nosso território, podia ser um celeiro de proteína animal e de proteína vegetal.

Aí, ele trouxe uma equipe de pesquisadores, empresários da Cooperativa Agrícola de Cotia, desapropriou terras em São Gonçalo e fez um programa chamado PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Lá foi um laboratório de pesquisa para a produção irrigada, a produção de sequeiro. É interessante, para amenizarmos um pouco, que as terras foram desapropriadas por uma figura chamada Antônio Luciano, que era o maior proprietário de terra urbana em Belo Horizonte e de terra rural em São Gotardo.

Antônio Luciano transformou o Paolinelli em inimigo pessoal dele. Ele tinha na sala dele um retrato do Paolinelli com olho de pirata. O que é mais importante é que foi uma reforma agrária. Antônio Luciano é uma figura que aparece no livro e na novela Hilda Furacão, com a presença do Stênio Garcia. Isso é uma coisa muito



importante. Quer dizer, tem que ter coragem para fazer transformação. Não se pode ser conformista no poder.

Eu estava presente na primeira colheita de trigo no Cerrado. O Geisel, que já havia sido escolhido Presidente, foi assistir à cerimônia. *“Paolinelli, vamos lá para o Ministério. Esse programa vai ser feito para o Brasil todo”*. Aí foi feito o Policentro. A experiência e a tecnologia criadas dentro da Universidade Federal de Lavras e do Instituto Agrônomico geraram uma riqueza que, se for feita uma relação custo-benefício do valor gerado pelo custo que se pode cortar nesse ajuste fiscal, é uma coisa impressionante. Se você não tiver critério para perceber essas coisas, vai cortando *ad hoc*, onde houver menos grito.

Então, o resultado disso foi o seguinte: hoje, é a agricultura que está segurando este País. Nós não estaríamos em recessão, estaríamos em depressão econômica. Aí veio a EMBRAPA, o Sistema de Planejamento Agropecuário, a extensão agrícola, a EMBRATER, todo o sistema que foi criado e menos reproduzido na área federal.

Então, é o seguinte: esse é um caso prático, que mostra que o agronegócio está gerando mais ou menos 80 bilhões de superávit fiscal hoje, de superávit de balanço de pagamento. Se nós temos 380 bilhões de dólares de reservas, quando eu era Ministro, a reserva era de 19 bilhões. Imaginem o medo de haver uma crise do petróleo e termos que ter dinheiro para comprar à vista. De 380 bilhões de dólares, o agronegócio é responsável pela metade. Era o acumulado em uns 10 anos — 80 bilhões em um ano, 60 bilhões no outro ano, etc. Esse é o superávit comercial do agronegócio.

Esse é um exemplo de grande transformação, o que, infelizmente, está em decadência em Minas Gerais hoje. Em homenagem ao Deputado Ariosto Holanda, eu fui contratado pelo BID para responder à seguinte pergunta: Por que é que o Ceará deu certo? O Ceará sempre teve Governador no ciclo dos coronéis, até que, no CIC — Centro Industrial do Ceará, formou-se uma liderança — Beni Veras, Tasso Jereissati e outros — que resolveu transformar esse Estado. Fizeram um projeto de poder e começaram a reconstruir as instituições. Fizeram a reforma administrativa; a reforma do Estado; a reforma do poder público; pegaram um conjunto de



professores universitários, pesquisadores, empresários e fizeram a grande transformação.

Existe um livro que se chama *Bom Governo nos Trópicos*, da Judith Tendler, sobre a experiência do Ceará. V.Exas. podem procurá-lo. A autora é do MIT. Talvez, o Deputado possa contar melhor essa história, mas era esse o modelo — inconformismo, endogenia, mobilização, grandes transformações e nada de incrementalismo.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PAULO ROBERTO HADDAD** - Antônio Rocha Magalhães.

Então, V.Exas. tiveram duas ilustrações de que grandes transformações foram feitas a partir de informação, de conhecimento, de inteligência, de capital intelectual, de capital institucional, etc. Quando se tem um governo obreiro, como nós tivemos quatro em Minas Gerais, com estrada, água, esgoto, telecomunicação, é bom, mas não basta. Para fazer isso, destruíram ou danificaram o poder de fogo da Fundação João Pinheiro, do INDI, do banco, etc.

Então, isso é um negócio perigoso. Agora, nesses ajustes, qual é a importância do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos? Qual é a importância dos estudos do IPEA? Se o papel dessas instituições for subestimado, porque ali não vai haver grito — os profissionais liberais não vão fazer barulho —, é um perigo danado.

Para cortar despesas, tem que haver um projeto de Estado, para saber quais são as funções do Estado. Aí, então, vem uma discussão muito importante. De 25 anos em 25 anos, nós estamos fazendo — sem necessariamente dar esse nome — o orçamento de base zero. O que é o orçamento de base zero? O Orçamento, no Brasil, é repetitivo. Todo ano, em abril, na LDO, o Ministério do Planejamento diz que se corrija a despesa com pessoal em 6%, o custeio em 3%, o investimento em 8%. Então, o que estava lá se reproduz.

Se, lá no passado, criou-se uma instituição chamada SUDENE ou se criou um projeto para a absorção da pobreza, que perdeu o prazo de validade, porque não tinha função nenhuma, mas tinha custo, isso vai ficando, vai ficando.

Então, o Orçamento vira um penduricalho de ações isoladas e negociais. Privilégios, superposições, desperdícios, extemporaneidade, todas essas são categorias que nós usamos.



Em 1971, Jimmy Carter foi eleito Governador da Geórgia — curiosamente, por votos conservadores e racistas — e encontrou uma administração caótica. Aí, ele pediu ajuda a um amigo dele. Não sei era (ininteligível). *“Ajude-me a resolver isso”*. E ele falou: *“Olha, em uma empresa, quando nós queremos fazer grandes transformações, definimos os objetivos e chegamos ao orçamento de base zero, ou seja, ninguém tem cota”*.

Para o Ministro da Educação, o objetivo é diminuir a desigualdade e universalizar o ensino. Coloque seus programas sem sobreposição, sem desperdício, e me traga centavo por centavo. Isso é base zero. Aí, descobre-se que há coisas inúteis, que há coisas que precisam ser reforçadas — Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia —, que há muita superposição, que há coisas desatualizadas, porque não há avaliação do gasto público no Brasil.

Toda vez que se faz um corte linear, por exemplo, corta-se 10% da despesa de todos, o que isso quer dizer? Tira-se 10% da EMBRAPA e 10% da SUDENE. Vale a pena? O problema é que nós fizemos o Orçamento Base Zero na Constituição de 1988. E sempre existe um motivo maior. O motivo maior da Constituição de 1988 foi a necessidade de combater a pobreza, de ampliar direitos sociais e investir em políticas sociais compensatórias. Em 1988, as políticas sociais compensatórias ocupavam 3% do Orçamento; hoje, 22 ou 23%, dependendo do que se considere.

Bom, Roberto Campos fez, em 1965... Delfim Netto tem dito: cada geração faz seu orçamento. O que nós estamos fazendo agora? Coloca-se a economia na mão de macroeconomistas ligados ao mercado financeiro. O que eles fazem? Eles só estão interessados no saldo, no déficit, no superávit. A composição da dívida, a avaliação do que se gasta e etc. vão para o brejo. Isso não dá certo. Se não se negocia a dívida, ela volta.

A administração setorial tem sua contraestratégia: vinculação de receita, paradoxo da prioridade invertida — gastar com o que não é essencial, porque não vai faltar dinheiro para o essencial, ou seja, gastar com ar e deixar de pagar a conta de luz, porque a conta de luz vai ser paga, ou não pagar a folha de pessoal, porque ela vai ser paga.



O Orçamento Base Zero deveria ser uma experiência para esta geração. Há uma proposta da empresa Falconi junto ao Governo Federal. É bom ver isso agora que nós temos nosso Embaixador lá no terceiro andar do Palácio. *(Riso.)*

Bom, agora, eu vou puxar para o nível mais baixo. Eu falei dos Estados. Agora, vou passar para o nível mais baixo, vou puxar para os arranjos produtivos locais.

No começo dos anos 70, os prefeitos da região Emilia-Romagna, na Itália, se reuniram e perguntaram o seguinte: *“Nós temos de esperar a macroeconomia da Itália se estabilizar para voltar a crescer?”* Para os padrões europeus, a inflação italiana era tão grande quanto a nossa, assim como o desemprego e a estagnação econômica.

Eles falaram assim — é o que chamamos hoje de endogenia —: *“Vamos procurar nossa vantagem comparativa e transformá-la em vantagem competitiva global”*. Então, olharam para Parma, região de suinocultura, e para Como, região de produção de bicho-da-seda e pensaram como podiam fazer para transformar num produto de consumo global o produto que tinham vocação definida para fabricar.

Então, fizeram uma experiência: desenvolveram os distritos industriais italianos, que não têm nada a ver porque o nosso distrito industrial é uma infraestrutura dentro da cidade — água, esgoto e energia — para atrair indústria. Lá é uma construção social, é uma instituição. Então, eles se reuniram, fizeram o inconformismo. Reuniram-se, fizeram um diagnóstico participativo, um plano de ação. De repente saiu o presunto de Parma, e hoje não tem um porco nas ruas, na zona rural de Parma, toda a carne é importada. Eles beneficiam, transformam aquele presente. Como? Não produzem um metro de fio de seda. Importam do Brasil, principalmente da China, e fazem os tecidos e a moda que é vendida em Milão é de altíssima qualidade.

O que é o que é? É *design*, é logística, é engenharia financeira, é formação de mão de obra, é capital institucional, é capital intelectual. E onde se geram esses insumos? Na universidade. Nos institutos de ensino superior. Nas escolas técnicas. Então, você tem que chamar terceira Itália. Você tinha a Itália do Norte, industrializada — Olivetti, Fiat, Pirelli —; e tem a Itália do Sul — ***Mezzogiorno, que é a Itália subdesenvolvida que o Celso Furtado usou o modelo da caça de***



***Mezzogiorno para fazer a Sudene, visitou lá e tal; a terceira Itália, a Itália dos distritos industriais, da (Ininteligível.) romana, da região de Milão, etc.***

***Em 1998 houve uma reunião dos Senadores do Nordeste com o Vice-Presidente do Banco Mundial, em Salvador — Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati —, a bancada nordestina do Senado. E eles falaram com o Vice-Presidente do Banco Mundial: o Banco Mundial olha o Nordeste como um bolsão de pobreza. Nós temos muito potencial e desenvolvimento. Vamos desenvolver os potenciais.***

***O que aconteceu? Aconteceu que o Vice-Presidente se dispôs a contratar uma consultoria internacional que viesse desenvolver aqui o que ele chamava de cluster, que é o tipo arranjo produtivo local. Aí, ele veio e cinco empresas concorreram — Monitor Company Group, do [Michael Porter](#); Kaiser, com Southern Group, de Stanford, ligado à universidade —, todas ligadas à universidade: duas japonesas e uma inglesa... uma japonesa, uma francesa e uma inglesa. Ganhou gás com o Southern Group. Escolheram vocações definidas.***

Eles não vêm para inventar coisa. Então, foram para Recife e deram apoio ao Projeto Porto Digital. Foram para Fortaleza, Recife, Salvador e Porto Seguro e fizeram o projeto de turismo. Eles chamaram muito a atenção pelo seguinte: o *cluster*, um estudo potencial do produto. Estuda-se o potencial do produto. Estuda-se o potencial da cadeia produtiva. Por quê? Porque eu posso ir a Minas Gerais, na Acesita, e produzir um aço competitivo com o aço da Coreia. Mas se a fábrica da Tramontina, que usa o aço, não for competitiva eu atrapalho o progresso da Acesita.

Então, o usuário do produto tem que ser competitivo. Se a região onde ela está, não tem mão de obra, o sistema elétrico tem interrupções, não tem segurança, tem roubo de carga, etc., ela não é competitiva. Em resumo, uma empresa só é competitiva se a região onde ela está for competitiva e se a cadeia produtiva que ela está for competitiva. Por exemplo, a Fiat monta toda a rede de fornecedores: treina, financia, qualifica, e também treina, qualifica, faz *joint venture* com os produtores. Então ela cuida da cadeia produtiva. Por isso que ela se tornou a maior produtora de automóveis do País.

Bom, então seguinte, eles diziam muito, chegava ao Nordeste, por exemplo, você fala assim: qual a cadeia produtiva aqui? Então você tem o aeroporto, você tem



receptivo, você tem um táxi, somava e dava doze. No Caribe você tem 56 atividades geradas no complexo de turismo. Só a parte esporte hidráulica é doze. Entenderam? Então eles adensavam a cadeia produtiva. E para fazer isso, a cada momento você precisava ter capital humano, capital institucional, tecnologia, etc. Bom, aí então, o SEBRAE comprou a ideia, chamando de APL — Apoio Produtivo Local. Então vou dar um exemplo que está aqui do nosso lado.

Brasília foi criada para ser Capital com 500 mil habitantes. Hoje tem 3 milhões praticamente. Como gerar emprego para 3 milhões de pessoas? Você põe 56% de participação da força e trabalho em 3 milhões, você imagina quantas pessoas são.

Bom aí então o que acontece? O SEBRAE daqui fez uma licitação, o meu pessoal ganhou, aí então nós viemos para cá organizar os arranjos produtivos para gerar emprego fora de serviço público. Não é possível que o serviço público vá empregar todo mundo aqui.

Aí, número um: sempre vocações definidas. Não adianta chegar, inventar e tal. Número um: as embaixadas aqui sempre falavam com os produtores de flores do cerrado: por que vocês não exportam isso? Então nós organizamos o pessoal para exportar flores do Cerrado, ou seja, tinha uma escola técnica rural abandonada, nós transformamos num instituto de pesquisa de sementes, de durabilidade, cores das flores, etc. Depois tivemos o apoio das embaixadas e hoje não sei como está, porque eu perdi o contato. Provavelmente deve estar exportando via embaixadas para o Japão, para a Holanda, para a Europa toda.

Depois, *Brasília, Capital Digital*. Você tem aqui, gente, 150 microempresários que vieram da Universidade, o *Spin-off* da Universidade, que estão aí na área de tecnologia da informação. Um grupo, eu fiquei surpreso, um grupo pequeno ganhou uma concorrência de informatização do FBI, daqui de Brasília. Nós fizemos um projeto *Brasília, Capital Digital*.

O Centro de Processamento do Banco do Brasil e da Caixa vieram para cá e veio um grupo indiano, não sei. Depois tentamos, e não deu certo, o Centro Cívico. Foi inaugurado o Centro Cívico, turismo cívico. Nós vamos a Washington nas férias escolares ou nos feriados e a cidade está lotada de gente que quer conhecer a Casa Branca, o Congresso, etc. Aqui, se você criar um padrão de um turismo assim, você ocupa a ociosidade dos hotéis, da mão de obra e cria emprego.



Depois o outro foi a indústria moveleira. A indústria moveleira tem dois momentos: a produção e a inteligência. A inteligência é o observatório de mercado, é o *design*, é a concepção, é o estudo das tendências internacionais, etc. Então você tem aqui um núcleo preparado para as licitações dos Ministérios, das empresas que chegou a ter um *showroom* em Miami, mas a produção é feita em Minas e Goiás, principalmente em Goiás. Está certo?

Então o seguinte: o que é um arranjo produtivo local? É pegar uma atividade tradicional e transformá-la em uma atividade competitiva globalmente. Isso você pode fazer em tudo. Eu trabalhei com os catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba. Sessenta e um problemas científicos para resolver. Lá era o seguinte, o Delta Parnaíba tem 87 milhas. Eles catavam caranguejo, punham naquelas balsas de caminhão, mandavam para o Beach Park, para o Porto de Galinhas, mas 40% chegavam mortos e eles recebiam pelos que chegavam vivos. Os problemas eram:

Número um: logística de transporte. Propusemos à Universidade do Maranhão fazer as gaiolas do Mississipi, para aqueles caranguejos chegarem vivos lá. Segundo, um problema ambiental. Quando o mercado crescia catava todo tipo de caranguejo, até os menores. O problema de legislação... Então é sempre possível. Em cada arranjo produtivo, aglomerado produtivo, você identifica um problema de tecnologia, um problema ambiental, um problema regulatório. Está claro isso?

Bom, então, para terminar, é o seguinte: qual é o problema agora que eu vejo? Esse tema, Deputado, é um tema de médio e longo prazo. Nós não vamos chegar a Sorocaba e esperar que, depois da aceitação das ideias que foram propostas aqui, as coisas aconteçam. Tem que ter persistência, recorrência. Qual a expressão que o senhor usou? Durabilidade, não.

**(Não identificado)** Perenidade.

**O SR. EDUARDO** - Perenidade.

Bom para isso você tem que acreditar que planejamento é importante.

*(Intervenção fora do microfone.)*

Projeto de lei... envolve vários instrumentos e, com isso então, eu acredito que a implementabilidade depende menos do texto da lei e mais da conscientização dos protagonistas, da liderança. Basicamente é isso. *(Palmas.)* Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Bom, vocês podem observar que o nosso querido Ministro Paulo Haddad é um agente de empreendedorismo regional, porque o olhar dele é sempre de empreendedorismo, de organizar as coisas, enfim, de integrar a tecnologia.

Isso nos encanta muito, professor, porque nós acreditamos exatamente nisso, que é possível, que só dá realmente para melhorar hoje a produção, a geração de riqueza através do conhecimento. Nós estamos como o senhor, convictos de que o conhecimento está nos *campi* universitários, nas universidades e nas redes de pesquisa.

Como nós podemos fazer esse processo de uma forma mais sistematizada, embora cada um tenha a sua realidade, cada um tem a sua potencialidade, enfim as condições locais? Como nós criarmos uma metodologia que possa ser replicável com a liderança da universidade, pela perenidade? A universidade não tem a contaminação político-partidária eleitoral local, mas as lideranças infelizmente competem. Há o lado bom disso e o lado negativo para os processos de planejamento. Isso acaba criando sempre um risco de descontinuidade das políticas. Nós acreditamos que esse ambiente universitário, com os professores, com os cientistas, com os pesquisadores e mais os alunos poderão dar essa consistência, esse processo continuado necessário para a implantação.

Então essa ordem que o senhor apresentou aqui nos parece absolutamente lógica. O inconformismo nós traduziríamos por uma necessidade de vontade de mudar e, para ter vontade, é preciso também organizar essa liderança. Nós acreditamos que as Universidades seriam hoje as instituições com as melhores condições de fazer isso.

Com relação à questão do diagnóstico participativo, a ideia é — através dos nossos grupos, com a experiência dessas instituições todas, que já fizeram isso em alguns locais ou já tiveram processos de organização dos Arranjos Produtivos Locais — APLs, dos *clusters* e tudo mais — como nós poderíamos criar um processo democrático, participativo, que também pudesse permitir a integração das lideranças, ouvir, construir a legitimidade local; articular para que isso não seja apenas um processo acadêmico, mas também uma construção local efetiva, para



que ele possa ser integrado ao dia a dia dessas pessoas, que estão gerando riqueza ou que poderiam estar gerando mais riqueza.

Além do diagnóstico participativo, o senhor falou da agenda de mudanças. Levantou a expectativa do que pode ser feito para integrar esse plano de mudanças de curto, médio e longo prazo, desde organizar melhor o que já existe com soluções locais, até efetivamente propor melhorias de logística, trazer informações que possam ser compartilhadas para a melhoria dos processos de produção, quer seja através de incorporação tecnológica, quer seja às vezes através da melhoria da metodologia de trabalho, quer seja através da melhoria da qualificação vocacional da mão de obra, como o senhor falou aqui diversas vezes.

Construído esse plano de mudanças, essa agenda de mudanças, há o processo de implantação efetivamente, quer dizer, isso tem que ter um processo continuado com a elaboração de projetos viáveis. E nós acreditamos que esses projetos viáveis poderão ajudar muito o Governo, porque o Governo hoje tem recursos. Não tem muitos. Mas ele acaba muitas vezes não usando os recursos de forma estratégica, porque não tem projetos estratégicos. Porque não tem projeto estratégico, acaba usando o recurso federal, o recurso estadual. Eu mesmo (*falha na gravação*) as minhas emendas parlamentares de uma forma não estratégica. Ou seja, nós acabamos utilizando os recursos de investimentos de forma pontual ou de forma pulverizada, o que acaba não impactando na melhoria da competitividade.

E a outra grande verdade, com a qual certamente todos concordam, é que nós só podemos melhorar o País com mais geração de riqueza. Não dá para nós compartilharmos aquilo que não geramos. Então, nós dependemos de uma economia forte. E isso precisa ser construído. Isso não cai do céu. E eu acredito que essa institucionalização do planejamento regional para o desenvolvimento regional pode ser efetivamente mais bem conduzida... A melhor instituição para desenvolver isso seriam realmente as instituições de ensino superior do Brasil, que precisam ser obviamente ser... Eu não diria, motivadas. Nós tivemos reuniões com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, com a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais — ABRUEM e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB, que são as grandes representações. Todos eles acharam ótimo fortalecer as



universidades, trazer mais alguns investimentos para a universidade, quer dizer, permitir que essas atividades de extensão efetivamente possam dar uma força e um impacto ainda maior no desenvolvimento regional.

Então, construir essa metodologia, ver quanto é que custa esse projeto, ter um sistema de avaliação de indicadores para acompanhar esse processo eu entendo que também seria um grande benefício para os alunos, porque esses alunos, através do trabalho de conclusão de curso, que hoje acaba também sendo uma coisa muito pulverizada, ao bel-prazer de cada professor, poderia ser sempre o desafio de dar alguma contribuição para a melhoria da região, alguma contribuição efetiva, alguma solução ou alguma análise que pudesse ajudar na contribuição de uma solução regional.

Então, na verdade, é preciso fortalecer ainda mais esse conceito, valorizando, estruturando melhor as instituições de ensino superior, até porque o capital mais importante nós já temos ali, que é o conhecimento. Agora, nós precisamos da estratégia de mobilizar esse ganho de capital, esse ganho de ativo do conhecimento que nós temos nas universidades e nos *campings* de ensino superior do País. Fico muito feliz por isso. A ideia, professor, é ouvir, nós estamos em uma fase de ouvir, de articular com aqueles que já têm experiência e que são estratégicos para a construção dessa política, vamos dizer assim, e organizar isso para que possamos ter oficinas que vamos elaborando cada um.

Nós pensamos em um primeiro momento, e já vou abrir agora a palavra, em criar grupos de trabalho. Nós já fizemos umas 30 reuniões, mas vamos a cada reunião tendo mais convicção desse caminho. Parece-nos que um bom caminho é ter um grupo das próprias universidades, das instituições de ensino superior, dos IFETs, para eles dizerem o que seria necessário e também haver um piloto.

Nós já temos sugestão de um piloto, conhecendo o que já existe e talvez criando um piloto lá no sudoeste paulista, onde temos uma região também considerada o ramal da fome do Estado de São Paulo e temos ali três *campings* universitários. Um é da UNESP, um da UFSCAR e um da FATEC. Eles estão em uma área de 100 quilômetros aproximadamente, próximo do Vale do Ribeira, no sudoeste paulista, na região de Capão Bonito, depois de Itapetininga, Itararé, Campina do Monte Alegre, aquela região.



Inclusive vou fazer uma reunião no dia 8 com os diretores dessas instituições de ensino para que possamos imaginar como aconteceria isso na prática, como dar uma identidade local, o que seria uma infraestrutura mínima, enfim, como conseguiríamos pensar nessa questão da territorialização e do trabalho em rede também, porque, óbvio, quanto mais estivermos integrados com a EMBRAPA e com a Confederação Nacional da Agricultura, com as grandes instituições de pesquisa do País, nós vamos conseguir transferir mais rápido esse conhecimento para o produtor e para o sistema produtivo local. Enfim, nós estamos muito motivados para isso.

Então, um grupo seria a própria universidade, dizendo que ela entende que seria necessário, inclusive do arcabouço, da modelagem de financiamento. Parece-nos, Prof. Ariosto, que talvez a modelagem que há hoje de financiamento de pesquisa talvez não encaixasse muito bem nessa questão do desafio de ter uma pesquisa permanente ou um programa permanente de planejamento e de desenvolvimento regional. Talvez precisássemos ter alguma coisa que o CNPq, a FINEP, a CAPES não tenham, uma modelagem que incluísse isso também.

Outro grupo seria o grupo da metodologia, que é este que está aqui. Acreditamos que pela experiência que os senhores têm, pela experiência institucional, pessoal, enfim, como criaríamos esse método, esse roteiro de trabalho para que fosse democrático e participativo, para que pudesse nos permitir levantar, identificar essas potencialidades do que já existe e do que pode ser feito? Como é que seria esse caminhar o mais fácil possível e o mais eficiente possível, aproveitando aqui experiências internacionais e tudo o mais?

Outro grupo de trabalho seria a questão do financiamento em si, não apenas da modelagem, mas outras instituições que têm interesse que o Brasil tenha mais projetos estratégicos, quais sejam os fundos constitucionais, como bem lembrou o Prof. Ariosto também, ligados ao Banco do Brasil, os fundos setoriais, o próprio BNDES, FINEP, CAPES, certamente o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério da Integração, enfim, todos nós gostaríamos de ter projetos estratégicos.

Eu, inclusive, como Deputado. Eu tenho uma emenda, algo em torno de 10 milhões de reais por ano, e não sei em que aplicar. Por exemplo, vão 250 mil para cada Município para aplicar em pavimentação e recapeamento. Não isso, eu gostaria de dar uma contribuição muito melhor se houvesse já um estudo que



dissesse: *“Olha, nós precisamos passar isso para tal associação, ou para comprar tal equipamento, ou para melhorar a logística, ou para criar um centro de negócio”*. Não sei, nós precisamos realmente identificar as necessidades de fortalecer as economias regionais.

Um último grupo seria o de contribuições legislativas — o Prof. Ariosto certamente vai poder nos ajudar bastante —, para podermos fazer a amarração que nos permita chegar mais fácil nessa construção dessa política.

Vou passar a palavra ao Prof. Ariosto, que também quer falar um pouco. Cada um se apresenta, depois vamos passar por uma rodada de sugestões para montarmos esse grupo de trabalho.

E agradeço mais uma vez a presença de todos.

**O SR. ARIOSTO HOLANDA** - Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente, Deputado Vitor Lippi, por essa feliz iniciativa de convidar o nosso Prof. Paulo Haddad. Sempre que ouvimos o Paulo Haddad, nós crescemos, porque os conhecimentos que ele traz de fundamentos, sobretudo para esse planejamento estratégico, e eu sou um admirador do Paulo Haddad. Parabéns pela sua exposição, Paulo.

O que vou acrescentar aqui é muito pouco. Um dos primeiros encontros que tivemos aqui para discutir esse projeto, que eu chamo de integração da universidade com o setor produtivo, eu dizia para o Presidente Vitor Lippi que este Brasil é um Brasil de muitos brasis. A regra de jogo que aplicamos no Sul não é a mesma no Nordeste e não é a mesma no Norte, mesmo pelos desequilíbrios regionais que nós vimos aí.

Eu estava recordando aquela primeira reunião em que eu disse: *“Deputado Vitor Lippi, neste Brasil nós temos muitos brasis”*. Então, a regra de jogo do Sul não é a mesma do Norte, não é a mesma do Nordeste. E temos que definir planejamento estratégico para essas regiões.

Eu estava lendo esse livro do Paulo Haddad sobre sociedade desigual e logo na introdução ele fala uma coisa que me cativou muito: *“Nada vai para frente se não investirmos na educação”*. Quer dizer, a educação é o ponto de partida de tudo.

Dentro dessa questão da educação, um dos últimos trabalhos que fiz nesse conselho, nós identificamos que o Brasil enfrenta três tipos de analfabetismo, o



analfabetismo estrutural, aquele que não sabe ler nem escrever. A média nacional, 7% de analfabetos estruturais, mas o Nordeste tem 17% de analfabetos estruturais. O analfabeto funcional, esse número chega a 50 milhões hoje da população de 15 anos a 64 anos, são aquelas pessoas que não vão entrar no mercado de trabalho que exige conhecimento. E o analfabeto tecnológico, que é por conta das micros e pequenas empresas.

O SEBRAE tem feito um esforço muito grande através do projeto ALI para ver se leva a questão tecnológica para as pequenas empresas e os pequenos negócios. Eu sou fã das pequenas empresas, porque elas representam 99% das empresas do País. São elas que empregam e que distribuem renda.

Dentro dessa lógica, eu quero me reportar um pouco ao Nordeste. Na época em que foi criada a SUDENE, Celso Furtado definiu uma estratégia de integrar a universidade com a SUDENE. Por exemplo, na década de 60, eu era aluno da Engenharia e era bolsista da SUDENE. Então, havia aquela preocupação de trazer a universidade para dentro da SUDENE, até envolvendo essas estratégias que o Paulo colocou bem. Quando o Celso saiu, a SUDENE se transformou em FINOR, que era um financiamento de indústrias na capital, e ficou o interior esperando chuva para praticar a agricultura de subsistência.

Um dos últimos trabalhos que fiz nesse conselho, Deputado Vitor Lippi, foi voltado para a extensão, porque a extensão é o braço das nossas instituições de ensino superior que não está sendo explorado. E aí vem o desafio: como integrar a universidade com o setor produtivo? A extensão, pra mim, seria um braço importantíssimo. Quando eu vejo o trabalho da EMBRAPA, que tem um acervo de conhecimento, que está servindo, hoje, mais para a grande empresa, penso, como transferir isso para os pequenos negócios? Quando eu vejo as nossas universidades que têm um acervo muito grande de pesquisa e que não estão sendo transferidos...

Então, eu colocaria como um ponto de partida importante a questão da extensão. E, dentro dessa questão da extensão, quem veio abrir este nosso seminário — eu falo aqui para o pessoal do SEBRAE — foi o nosso Ministro, na época, Afif Domingos. Nós, na época, chegamos a fazer um manifesto para a criação, em nível nacional, do que seria tipo uma associação dos extensionistas tecnológicos do País, em que a participação decisiva seria da universidade.



E, pensando nisso, Paulo Haddad, numa das primeiras de suas intervenções aqui, no início da sua exposição, você falou três frases que eu anotei: o que fazer, como fazer, e eu acrescentaria a terceira, como conquistar o poder fazer.

Sobre o que fazer, eu acho que o conselho vai, junto com a sua assessoria e com as suas intervenções, listar o que nós temos que fazer. Aí vem a pergunta: como fazer? Sobre como fazer, eu trago aqui uma proposta para o conselho que foi um resgate que eu fiz, Paulo. Não sei se você se lembra, na década de 80, você, Nilson Holanda, Delile Guerra, Roberto Cavalcanti criaram uma sociedade chamada SER. Não sei se você se lembra da SER (Sociedade de Estudos Regionais).

Então, o que eu estou propondo, Sr. Presidente, está dentro do que foi concebido na década de 80. Era uma sociedade em que eu acrescentaria: sociedade universitária para estudos regionais. Quem sabe se nós pudéssemos atualizar esse estatuto, Paulo, e definir uma sociedade, do mesmo modo que nós fizemos. No caso da extensão, criar uma assistência tecnológica para as micro e pequenas empresas, criar uma associação.

Então, a minha ideia seria, ao final deste trabalho, Deputado Vitor Lippi, propor a criação da sociedade universitária para estudos regionais, definir regiões — não sei se estão certas estas regiões; mas, pelo menos, temos a Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste — e tentar fazer com que esta sociedade dê uma resposta de integração da universidade com o setor produtivo.

Eu não queria me estender mais, porque há muitas pessoas para falar. Eu queria saudar todos os participantes deste evento. Aqui está faltando, eu acho que seria importante chamar, alguém da ABIPTI, que é a Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica Industrial. Nós temos a ANPROTEC, que é mais da pesquisa das empresas. Temos representante do Ministério da Integração. Temos representantes dos prefeitos. Os prefeitos têm que ter uma participação importante neste processo. Temos representante da EMBRAPA. Eu acho que todos eles têm uma participação importante neste processo.

Então, eu queria passar às suas mãos, Sr. Presidente, este trabalho em que o Paulo Haddad... Não sei se você se lembra, Paulo, na época, o Presidente era o Nilson Craveiro, o Vice-Presidente era o Salmito Filho. Tinha Roberto Cavalcanti. Tinha, este aqui eu não conheço, Ozandir. Tinha Rocha Magalhães, Delile Guerra.



Então, naquela época, se não me engano, em 1980, foi lançado esse projeto. Eu resgatei este original e queria passar às mãos... Era o SER - Sociedade de Estudos Regionais. Então, eu acho que era adequar essa sociedade, que eu daria outro apelido: sociedade das universidades para estudos regionais. Seria uma coisa assim, Paulo. Talvez fosse por aí. E adequar isso com uma proposta de como fazer. E conquistar o poder fazer, eu acho, que é através de um projeto de lei em que nós possamos definir, com um orçamento com base zero — eu gostei da ideia do orçamento com base zero — nós vamos começar tudo de novo... E o Eduardo, que vai ser o nosso embaixador lá no Palácio, podia abrir esses caminhos, quem sabe levando o Paulo Haddad para ajudar nesse planejamento estratégico.

Então é isso, Sr. Presidente, esta é a colaboração que eu queria dar. Mais uma vez, parabênzo o Paulo pelo conteúdo que ele trouxe. E gostaria de receber, não sei de que forma, esses ensinamentos que você acabou de projetar. Não sei se você vai deixar.

**O SR. PAULO ROBERTO HADDAD** - Vou deixar.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Vai, né? Está certo. E também os *slides*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Inclusive a apresentação.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Inclusive a apresentação em *powerpoint*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Muito bom. Agradeço muito o nosso Deputado Ariosto Holanda, também grande entusiasta do desenvolvimento regional. Vê-se que nós estamos resgatando temas das décadas de 70, 80. Quer dizer, sempre nós tivemos pessoas que acreditavam nisso, mas eu acho que nunca o Governo conseguiu dar um foco necessário para que isso fosse algo impactante no País. Muitos avanços, muitos programas interessantes aconteceram, as articulações, a questão da EMBRAPA foi fundamental, o SEBRAE deu uma grande contribuição. Agora, nós precisamos arranjar tudo isso. Nós precisamos nos organizar para potencializarmos os setores produtivos locais.

Passo a palavra, rapidamente, ao Sr. Eduardo Fernandez Silva.



**O SR. EDUARDO FERNANDEZ SILVA** - Obrigado, Deputado Vítor Lippi e Deputado Ariosto Holanda. É muito bom rever o Paulo. Ele foi meu professor, um dos meus melhores professores. Eu me lembro bem de que uma das coisas que ele me ensinou foi a diferença entre aplicador financeiro e investidor. O investidor é aquele que constrói, aquele que abre uma fazenda, aquele que abre um comércio, uma confeitaria ou o que seja. É o que, hoje, chamam de empreendedor também. E o aplicador financeiro é aquele que tem grana e põe no mercado financeiro e que, hoje, passou a ser chamado de investidor, equivocadamente.

Além desse equívoco, há muitos outros equívocos que estão rodando. E nós tentamos, aqui e acolá, ajudar a esclarecer. Eu me lembro de um amigo meu, pessoa de pouca instrução, que, uma vez, ao falar sobre a ordem em que as coisas estavam organizadas, disse que as coisas estavam organizadas na ordem analfabética.

E eu pensei um pouco sobre o assunto e cheguei à conclusão de que ele estava absolutamente certo (*risos*) com relação a isso.

Outra questão, o Paulo comentando aqui, lembrou da Aliança para o Progresso, da década de 60, ao final da qual foi assassinado o Bob Kennedy, que dizia, já então, que o PIB não pode ser uma medida de bem-estar. O crescimento do PIB não pode ser um objetivo de governo. E ele dizia mais, ele dizia que o PIB mede um monte de coisas, menos aquilo que é importante para nós termos uma boa qualidade de vida.

Eu acho que é fundamental que nós revejamos isso. O Paulo comentou também no início da sua brilhante exposição sobre a necessidade de indicadores mais completos e complexos para que nós possamos, efetivamente, tentar organizar as coisas na ordem alfabética e não de uma maneira diferente.

Eu acho que este trabalho que o Deputado Vítor Lippi coordena é algo que pode dar uma grande contribuição com relação a isso. Ao juntar essas características, tão bem destacadas aqui pelo Paulo, das maneiras de nós conseguirmos superar os arranjos produtivos para a promoção do desenvolvimento, da melhoria da qualidade de vida nos locais, nas regiões, etc., a identificação de atividades tradicionais e o encontrar, com a ajuda da universidade e das comunidades, a solução de um problema ambiental, um problema científico e



também um problema regulatório. Eu acho que o campo de atuação do legislativo acaba passando pelos três, mas focando essencialmente nesse último, que é a questão da regulação, da maneira como superar esses entraves.

Acho que essa é a minha contribuição. Os outros que estão aqui têm muito melhores condições para trazer outros aportes. Espero poder corresponder à expectativa agora, mas realmente não sei se serei capaz.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PAULO ANTÔNIO MOTTA DOS SANTOS** - Eu só gostaria de agradecer e cumprimentar o Professor Paulo Haddad pela riqueza da sua exposição. Agradeço também a presença de todos os senhores, que com certeza vão abrilhantar esse maravilhoso estudo proposto pelo Deputado Vitor Lippi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Eu queria anunciar a presença da Betina, que é do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE, que é uma instituição importantíssima para o desenvolvimento de projetos para o Governo. Então, ela vai estar nos ajudando aqui também. Eu fico muito feliz. Esse foi um pedido do MEC. Ela certamente vai ser uma grande e importante parceira estratégica do nosso projeto. Obrigado, Betina. Daqui a pouco você também já vai usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Wellington Simões.

**O SR. WELLINGTON SIMÕES** - Eu queria agradecer a todos vocês pela brilhante palestra do Prof. Paulo Haddad. Estou aqui representando o Ministério da Integração. Eu trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Regional. Sou Diretor de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional. Atualmente, veio muito a calhar o assunto, porque o nosso carro-chefe são os planos de desenvolvimento regional. Nós estamos com várias frentes lá. Hoje, o assunto foi muito bom porque nós começamos um Plano de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso via UFMT. Então, vai ser diferenciado porque os planos de desenvolvimento regional hoje são feitos pelo IICA — Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e às vezes pelo IPEA, mas esse vai ser diferenciado pela Universidade Federal de Mato Grosso. Convido também vocês. Acredito que a nossa Secretaria vai contribuir bastante. Colocamos os nossos técnicos à disposição. Nós também temos parceria



com a CGEE. Nós estamos naquele projeto de Caruaru, naquele polo têxtil, junto com a União Europeia.

Nós temos também lá dentro o ODR, que é o Observatório de Desenvolvimento Regional, que é um *software* que filtra. O PIB municipal já está em fase final. Ainda está funcionando o antigo, mas acredito que no mês que vem esteja pronta essa ferramenta bastante importante que nós poderemos usar nesses planos de desenvolvimento regional. Terminamos agora também os pactos de metas, que são os planos de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que podem contribuir também. Eles já estão lá prontos.

Então, coloco a nossa diretoria à disposição. Nós somos focados nesses planos de desenvolvimento regional e temos bastante informação lá dentro que pode acelerar mais o processo.

Uma coisa o professor falou e eu observei. Faz 6 meses que eu estou lá. Eu sou engenheiro eletricista e sou especialista em energia solar. O que a gente observa lá é que, se não tiver interesse da sociedade em si num plano de desenvolvimento regional, será um plano de gaveta. Se não tiver integração, não desenvolve.

Então, mais uma vez, coloco os nossos técnicos à disposição. Nós temos especialistas, vários setores produtivos, APLs também. Também convido vocês a conhecerem o Observatório de Desenvolvimento Regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Wellington.

Agora, tem a palavra o Sr. Carlos.

**O SR. CARLOS VENICIUS FREES** - Deputado Vitor Lippi, muito obrigado. A gente já tem feito um trabalho bacana, começamos um trabalho juntos em cidades inteligentes. Primeiro, eu tenho que agradecer pela ABDI e responder pela presença do meu Diretor, Dr. Miguel Nery, que agradeceu o convite. Infelizmente, ele teve outro assunto para tratar, mas estou representando a ABDI.

A ABDI tem um foco muito grande de atuação no desenvolvimento industrial, atende em áreas setoriais, mas eu vou falar de um foco específico, que são as tecnologias de informação e comunicação, e esse desenvolvimento que pensamos da regionalidade, que é muito importante.



Em trabalhos recentes, a contribuição que poderíamos dar tem foco nas redes elétricas inteligentes e nas cidades inteligentes. São dois pontos que permitem que o desenvolvimento regional se equilibre ou que possamos dar uma capilaridade para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, como muito bem falado pelo Prof. Paulo Haddad.

E aqui nós temos a questão da chamada sexta onda. A sexta onda, como disse o Prof. Paulo Haddad, tem muito mais o foco da digitalização, mas ela tem o foco da digitalização em tudo. Então, estamos aí com um termo que o mercado usa, chamado IoT, Internet das Coisas, ou comunicação Machine-to-Machine, em que as máquinas conversam, com inteligência, entre si, e isso muda muito, muito mesmo, todo o mercado. Muda a questão Industrial, muda a forma como fazemos negócio, a forma como nos comunicamos. Não são só pessoas com pessoas, são pessoas com coisas. E a população está inserida nisso tudo.

Então, tem um contexto muito importante nessa conversa toda que nós temos, da inteligência das coisas ou da inteligência das cidades, que é a inserção humana, em um primeiro momento, porque isso é para as pessoas. Para que promovemos o desenvolvimento, para que promovemos a criação ou a integração de regiões? É para o ser humano e para a sustentabilidade. Então, precisamos manter foco em algumas coisas integradas: inteligência humana e sustentabilidade no processo.

Aí, o que eu tenho, de uma ação recente da ABDI, de uma proposição de projetos que começamos em 2015, é a criação de um grupo de trabalho para discutir as questões de cidades inteligentes, nós formamos um grupo. E o Deputado Vitor Lippi faz agora a proposição de uma Frente Parlamentar para discutir as cidades inteligentes, porque esse é o foco do desenvolvimento. O desenvolvimento está nas cidades, as universidades estão nas cidades. Então, nós propusemos a criação de um programa para o desenvolvimento de instituições e soluções para o desenvolvimento das cidades inteligentes, pensando muito na questão dos arranjos produtivos locais e na integração regional, ou seja, em capacitar empresas para que deem um salto, que fiquem *pari passu* ao mercado internacional, à capacidade de produção internacional.



Então, nós temos muitas empresas de alta tecnologia espalhadas por todos os Municípios brasileiros. Se eu não me engano, nós temos em torno de 31 arranjos produtivos locais que só falam em tecnologia de informação e eletroeletrônicos, que têm potencial de desenvolvimento no que precisamos, mas estão hoje muito soltos, muito desintegrados, sem um projeto estruturante, sem uma ação estruturante. Então, nessa ação estruturante, podemos trabalhar muito facilmente.

E há também a questão da replicação. Como é que tornamos um Município inteligente, de fato, quando temos condições desumanas em alguns Municípios, que não têm nem a base. Mas há a condição da replicação, ou seja, pego um algum modelo que seja viável e replico para o pequeno, para o médio, para o grande. Integro empresas, integro capacidade produtiva e dou condição de trabalho.

Então, tudo isso tem o foco final em capacitação e trabalho. E, na capacitação e trabalho, surgiu, há pouco tempo... E, aí, a condição de integração com as universidades é o ponto interessante de tornar as universidades brasileiras o foco da experimentação. Elas podem ser *minilabs* para o desenvolvimento das cidades inteligentes.

Então, unir a teoria com a prática, trazendo as empresas que desenvolvem tecnologia, junto com os estudantes, junto com os centros universitários, com os centros de pesquisa e inovação, é um ponto em que podemos trabalhar e desenvolver rapidamente o País. Mas não podemos esquecer que têm que ser projetos estruturantes, projetos que, de fato, promovam o equilíbrio, o emprego, a capacitação, o desenvolvimento da indústria (*ininteligível*), porque é isso que vai movimentar todo o processo.

Então, Deputado, nós já estamos conversando um pouquinho, eu só apresentei a posição para todos, onde podemos nos integrar, e fica aqui a ABDI à disposição para trabalhar conjuntamente e ajudar na criação dos grupos de trabalho também. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Agradeço sempre o entusiasmo do Carlos. Nós estamos trabalhando em outras frentes conjuntas. No fim, elas se integram, pelo interesse da aplicação do conhecimento, da inteligência e da metodologia. Nós sempre comentamos, Prof. Paulo Haddad, que, para fazer um sistema mínimo de gestão, nós precisamos de liderança, que é a vontade, como o



senhor disse, o conhecimento e o método. Nós temos que construir essas três coisas, quer dizer, como é que as instituições de ensino superior lideram esse processo local, como é que elas articulam isso, como é esse conhecimento, a informação que vai ser buscada, para que essa informação seja uma informação inteligente, para ser aplicada dentro da realidade local, e como é que nós criaríamos esse método que possa ser replicável, que fosse o mais simples, o mais eficiente, o mais participativo, o mais adequado realmente para potencializar os arranjos produtivos, as cadeias produtivas.

Então, é muito bom a ABDI estar aí com essa experiência.

Agora, concedo a palavra ao Prof. José Alberto Sampaio Aranha, da ANPROTEC.

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - Obrigado. Eu gostaria primeiro de parabenizar o Deputado Lippi por essa institucionalização do desenvolvimento regional. Eu acho que essa ideia é muito boa. A primeira iniciativa, que foi essa aula magna que nós ouvimos agora do Prof. Haddad, realmente foi muito interessante para começar a fomentar toda essa discussão.

Ouvindo um pouco o Prof. Haddad, eu noto a importância da palavra liderança, falada agora, em termos de desenvolvimentos locais. Na realidade, o locus do desenvolvimento é a cidade. Eu acho que a cidade é o ponto crítico. Nós temos muito política federativa, muitas vezes estaduais, mas o locus mesmo é a cidade.

Eu acho que uma das primeiras ações seria a preparação dessa liderança local, desse empreendedor cívico, que é uma palavra um pouco mais nova que está sendo usada, das pessoas que trabalham o desenvolvimento econômico, social, ambiental, local, para que eles estejam preparados para usar um conjunto de ferramentas.

Isto é o que nós estamos discutindo aqui, quais são as ferramentas, o que nós estamos falando hoje dessas cidades inteligentes, dos distritos inteligentes, que, na realidade, eu acho que são *Human Smart Cities*, que são as cidades inteligentes humanas, quer dizer, a tecnologia usada para o ser humano.

Então eu acho que falta um pouco de seminação, quem sabe seja um dos trabalhos da universidade, de preparação desses secretários de desenvolvimento



local dos Municípios, para saberem o que é isso, como usar esse novo arsenal, principalmente olhando os jovens.

Eu olho muito os jovens, porque nós temos cerca de 6 mil *startups* hoje na nossa associação pelo País. Essas *startups* são pessoas muito novas. Essas pessoas estão ligadas dentro dessa quinta, sexta onda, na automação, na robotização.

Esses *nerds* precisam de ambientes, que nós dizemos culturais, que estão muito próximo à economia criativa, quer dizer, eles querem um ambiente diferente, eles não querem mais o mesmo ambiente da era industrial de manufatura, que nós tínhamos uma década atrás.

Então nós precisamos preparar essa cidade para poder atrair e reter esses talentos, porque senão as cidades vão ficar pobres, a briga é pelo capital intelectual mesmo.

Então, eu acho que é preciso preparar os secretários com programas que tratem de como eles podem estimular essa retenção dos jovens, para esses jovens fazerem essas novas *startups* que vão estar dentro das cadeias produtivas, dentro desses arranjos locais, e aí o negócio vai. Eu acho que o “caldo” está todo aí, e nós podemos tentar ajudar o máximo possível.

Obrigado.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - Não, eu tinha pedido que colocassem uma transparência ali, mas eu não vou gastar muito tempo. A ANPROTEC trabalha muito com a parte do desenvolvimento local, os parques tecnológicos, as incubadoras, as aceleradoras e *coworking*, todos esses mecanismos, mas o que tem acontecido muito nos Estados Unidos, depois da crise, é se trabalhar o distrito de inovação. Esse é um conceito interessante.

Eu queria só mostrar que, além dos parques tecnológicos, que estão muito em voga, muitas das emendas parlamentares são para desenvolver parques que, às vezes, não são necessários para as cidades, não são todas as cidades que precisam ter um parque tecnológico, é importante que elas observem também as reorganizações urbanas de cidade, como um Porto Maravilha como o que foi feito no



Pará, Belém, etc., que são resgates de regiões dentro da própria cidade, mas dentro do que está sendo usado de âncoras, que são locais de excelência em alguma área.

A cidade de São Paulo está começando a ter muitos projetos, como o Cubo, o Google Campus, quer dizer, são várias iniciativas que estão sendo preparadas para a pessoa morar, trabalhar, divertir-se dentro da mesma localidade, com mínima mobilidade possível, e o desenvolvimento de centros de excelência. Então alguns vão trabalhar na área médica, outro em outras áreas.

Isso pode dar o suporte para o desenvolvimento desses arranjos (*ininteligível*) locais. Então é olhar um pouco o distrito em si e às vezes uma coisa muito pontual, que não precisa de um grande projeto. Eu acho que pode ser uma coisa menor, mas com muito impacto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Prof. Aranha, muito boa a apresentação.

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - Eu vou mandar para vocês o documento. É uma publicação que saiu, ela é grande, são 20, 30 páginas. Então, se alguém tiver curiosidade...Eles conseguem olhar os Estados Unidos inteiro, mostrando o que está acontecendo em cada um desses distritos. Depois quem quiser pode olhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Ótimo. Prof. Aranha, fique tranquilo que este é o primeiro encontro. Depois nós vamos poder aprofundar mais, ouvir mais todo o mundo. Hoje é apenas uma apresentação do pessoal, com a motivação do nosso Ministro Paulo Haddad e do Prof. Ariosto. Obrigado.

Com a palavra a Sra. Zione Assis Rego.

**A SRA. ZIONE ASSIS REGO** - Bom dia a todos. Primeiro quero me apresentar. Sou Zione, sou da Confederação Nacional dos Municípios — CNM, que é uma instituição voltada totalmente para os Municípios. Hoje temos, em colaboração, 80% dos 5.568 Municípios. Então eu trago aqui um conjunto de objetivos, focando na realidade local, que é a realidade também da FNP, de estaduais, etc

Então, dentro dessa colaboração da CNM, o que eu gostaria de trazer primeiro é o agradecimento ao Paulo Haddad. Alguém falou que era aluno dele, eu fiquei com inveja, eu não vou mentir. Eu falei: eu gostaria de ter sido aluna...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Queria ter sido aluno também, professor.

**A SRA. ZIONE ASSIS REGO** - ... porque eu me transporte, anotei como se fosse uma aluna, e foi realmente muito rico, muito embaixador, muito prático. Eu acho que essa é a palavra hoje em voga.

A CNM fez um trabalho, está fazendo um trabalho atuante. Nós conhecemos, por exemplo, em Campinas, a associação estadual AMM — Associação Mato-grossense dos Municípios. Ela é interessantíssima, porque ela juntou exatamente as universidades com o capital de tripé interessante, também reproduzido pela FECAM — Federação Catarinense de Municípios, que é outra associação estadual.

Qual é o tripé interessante? Eles trazem as universidades para produzirem, por exemplo, engenheiros sanitários, na verdade, mais associados aos convênios e aos contratos de repasse que podem ser realizados, porque, querendo ou não, o foco local depende, sim, dessa união, integração, sobre a qual nós estamos falando aqui.

Mas, com a crise, o foco local depende muito da questão financeira, do 1% que vem do FPM — Fundo de Participação dos Municípios, que atrasa, mais de 100 Municípios não vão ter nos próximos decênios, e outras realidades locais. Nós sabemos muito bem que o Brasil é muito rico, é muito vasto, e nós estamos falando de cidades que não têm Internet, cidades que não estão conseguindo, que estão fechando as portas. Então é uma realidade complexa.

Mas, em termos positivos, nos pontos em que nós conseguimos avançar, a AMM, por exemplo, traz uma estrutura de associação com a Caixa, que ajuda na facilitação dos recursos, mais a universidade, que disponibiliza o dinheiro para a produção de projetos mais convenientes com a área do Mato Grosso, e a associação fornece toda a estrutura.

Então, para vocês imaginarem, é uma coisa muito simples, são dez mesas, pares, dois a dois, e o projeto entra para a verificação burocrática das coisas em que os Prefeitos têm dificuldade. Não adianta nós criarmos projetos muito elaborados, que não serão entendidos.



O projeto passa pela a avaliação arquitetônica, sanitária, física, elétrica. Quando termina de passar por essas dez etapas, o projeto está pronto. Isso vem de uma parceria de tripé.

A FECAM funciona do mesmo jeito, ela tem uma associação, ela tem um termo de cooperação com a caixa, mais os Municípios dentro das universidades, e tenta-se produzir projetos que sejam de acordo com os Municípios. O Rio de Janeiro também é assim.

Dentro da CNM nós temos hoje o trabalho da UniveCidade. Hoje, no atual momento, eu tenho vários consultores que deveriam estar aqui e não estão, porque eles estão exatamente com a Universidade Federal de Lavras fazendo a composição.

O que eles fizeram? Eles começaram a montar alguns tipos de premiação. Essa premiação começou com a CNM, com todos os Municípios brasileiros. Começamos a mostrar as melhores práticas de cada Município, para que eles nos mandassem vídeos, para que nós conseguíssemos consolidar quais são as melhores práticas.

Impressionantemente pode ser algo complexo, algo extremamente pequeno, e uma das vencedoras — é até interessante dizer — foi uma calçada. Como uma calçada pode ser um projeto em que estamos olhando a realidade local? Bom, juntamos todas as realidades dos comerciantes e vimos que a economia não se estava desenvolvendo porque as pessoas não se conseguiam locomover. Aí criamos um projeto de calçadas pelas cidades. E o projeto ganhou, junto com a universidade, muito fôlego e inovou. As pessoas andam pelas cidades, andam pelos espaços urbanos. Este é o projeto que está viajando pelo mundo inteiro. Foi só uma calçada, mas era a realidade local.

Então, o processo tecnológico é muito importante, como na Paraíba e em diversos outros lugares onde pensamos não haver inovação, mas existe. Por exemplo, a ONG que mais ganhou no mercado de *marketing* foi a que coloca como principais membros de entidades políticas e não políticas os potenciais futuros jovens. Brasília, por exemplo, é uma PL hoje. Então, há desde a PL lá do Norte que pegou os escritos dos indígenas e os associou aos lápis até os azulejos pegos das obras em Minas Gerais que foram transformados em artes de *design*. Isso está



muito vigente hoje, mas com pouco poder de recursos. Temos de nos vincular muito a isso.

E o que a CNM traz hoje é um projeto já se consolidando com trocas de experiências, com bancos de experiências, porque é difícil diagnosticar isso. E esse diagnóstico acontece como? O que eu coloco aqui como ponto principal? A Caixa, por exemplo, trabalha com os GMC, que são os gerentes que estão na própria Prefeitura, porque os Prefeitos e os Secretários também não são bem arquitetados de todas as funções que imaginamos eles têm que ter, como a econômica, a de projetos, etc. Eles não as têm. Então, o que a CNM está lançando? O agente municipalista. E o que ele faz? Assim como o agente municipalista da Caixa, ele tenta pular todas as barreiras, chegar à localidade e dizer: *“Olha, se você se programar assim, assim e assado, se você souber desses projetos que estão acontecendo dentro da Caixa...”* Ou seja, é o agente indo aos Municípios, não o contrário, que é muito difícil.

Então, são coisas com que podemos colaborar dentro desses projetos que se estão desenvolvendo. Fico muito feliz por estar trabalhando com uma Mesa tão completa. Sou totalmente viciada em tecnologia, amiga de *startups*, de projetos de incubadoras e de aceleradores. É muito interessante ver essa sociedade, através do local da CNM. E vou encerrar usando uma frase muito comum: as pessoas não moram no Brasil, as pessoas não moram nos Estados, as pessoas moram nas cidades. Então, não adianta fazermos macroprojetos se não encontrarmos a realidade local, que é onde eles são realizados, independentemente de como são os projetos. Se ele não tiver uma estrutura local, ele não acontece.

Os agentes municipalistas, os outros agentes e os outros projetos podem colaborar. É um prazer estar nesta Mesa tão diversa, onde realmente precisamos juntar *startups* de Brasília com diversos outros atores aqui presentes.

Muito obrigada pela participação. Espero que esse grupo seja muito profícuo e muito perene — adorei a palavra —, para que consigamos fazer projetos de indicadores positivos, realmente estruturados e com acompanhamento, que gerem resultados de longo prazo sobre como evitar a avalanche, e não o contrário.

Obrigada, gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Zione.



Agora, temos a representante da GIFE — Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. É a primeira vez na reunião, né?

**A SRA. SHEILA OLIVEIRA PIRES** - Exatamente. *(Riso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Então, vamos lá. Fale um pouquinho da GIF, porque também não tive a oportunidade de visitá-los.

**A SRA. SHEILA OLIVEIRA PIRES** - Inicialmente, gostaria de agradecer, Deputado Vitor Lippi, o convite. Será um prazer poder contribuir com o Centro de Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados. Quero dizer que foi uma grande aula a que tivemos hoje. *(Riso.)* Eu também fiquei numa situação muito parecida com a sua. Acho que discutir o papel da universidade no planejamento e no desenvolvimento regional do Brasil é de fato um desafio, e hoje pudemos ter uma pincelada dos desafios que envolvem esses temas hoje no País.

Vou falar um pouco do GIFE. O GIFE é uma organização que reúne 130 institutos e fundações de origem empresarial, familiar e comunitária. Na verdade, debatemos o investimento social privado em área social. Então, nossos institutos e fundações investem em diversas áreas sociais, de educação, de cultura, de esporte, enfim, são vários os temas. Como organizamos o nosso trabalho? Então, temos uma dimensão que é uma dimensão de articulação, funcionamos por redes temáticas, que são espaços de debate entre os associados, de troca de experiências, de pensar como tem sido a atuação desses associados no território, em parceria com a sociedade, em parceria com o poder público, e uma outra dimensão, que é uma dimensão de tradução de conhecimento.

Eu até trouxe aqui para o Centro de Estudos e Debates o censo GIFE, que é uma publicação que fazemos a cada 2 anos, que tenta expressar um pouco os caminhos e o perfil dos nossos associados, o tipo de ação que eles implementam no território, seja em parceria com a sociedade, seja em parceria com o poder público. Então, há a ideia de que o investimento social privado tem um papel na transformação da nossa sociedade. E está aqui à disposição do Centro o material do censo GIFE.

Por fim, para contribuir um pouco no debate, os associados do GIFE hoje atuam em parceria com as universidades; atuam, na medida do possível, de maneira conjunta com as políticas públicas de maneira geral. Acho que é importante neste



momento somar esforços, que a iniciativa privada não vá para um lado e o poder público para o outro. A ideia é de que possamos atuar em conjunto, em parceria.

Então, agradecemos de novo o convite e nos colocamos à disposição do Centro de Estudos para dar continuidade ao debate sobre desenvolvimento regional.

Obrigada, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Mariana.

Agora vamos ouvir a Sra. Mirian, da EMBRAPA.

**A SRA. MIRIAN THEREZINHA SOUZA DA EIRA** - Bom dia a todos. Muito obrigada mais uma vez pelo convite à EMBRAPA para participar desse trabalho.

Como o Ministro colocou, a EMBRAPA é uma empresa ainda jovem. Nós completamos 43 anos agora e, como o Deputado Ariosto colocou, a nossa grande preocupação é sempre fazer chegar a tecnologia e a inovação até quem vai aproveitar, quem vai trabalhar e causar esse desenvolvimento regional.

Hoje estamos espalhados por todo o Brasil. Temos 46 unidades de pesquisa, estamos em todas as regiões, e mais as unidades centrais, que ficam em Brasília, que são unidades mais administrativas.

Quando falamos da EMBRAPA, não falamos apenas da empresa. A EMBRAPA coordena um sistema nacional de pesquisa agropecuária, o antigo SNPA — Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que hoje está sendo totalmente reestruturado com apoio do CGE — Comitê Gestor Estratégico, inclusive numa nova aliança para pesquisa e inovação agropecuária. Esse sistema reúne todas as empresas estaduais de pesquisa e aquelas universidades e institutos federais ligados à área agrícola ou agropecuária.

Então, nós temos uma rede bastante grande no País, que se espalha, que vai até o Município. Como a Zione colocou — falamos um pouquinho diferente, Zione, mas falamos a mesma coisa —, a inovação acontece no Município, na fazenda, na cidade, no Município, que é onde ocorre o desenvolvimento, onde ocorre a inovação, e a EMBRAPA se preocupa muito com isso.

Então, para nós é um prazer muito grande participar desse trabalho. E eu queria colocar para o senhor que, quando o senhor esteve conosco, chegamos a comentar de um novo arranjo que estávamos organizando, que são as unidades mistas de pesquisa e transferência de tecnologia, e, na sexta-feira passada, nós



inauguramos uma no sudoeste do Paraná, que é um arranjo entre a EMBRAPA, o IAPAR — Instituto Agrônômico do Paraná, que é a empresa de pesquisa estadual mais a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Naquela região do sudoeste há três *campi* da universidade que trabalham nessa parte de desenvolvimento agrícola. A EMBRAPA, então, se associou a essa universidade mais o instituto e abriu uma unidade mista de pesquisa, que hoje está localizada no *campus* em Francisco Beltrão, mas vai atender toda a região.

Então, além de nossos centros de pesquisa, temos essas novas estruturas que, na verdade, não é um centro de pesquisa. Não é preciso ter um laboratório, se existe um laboratório da universidade, se existe um *campus* de outra instituição com quem podemos colaborar.

Então, é uma novidade que consideramos que pode ser um exemplo para atuar no sudoeste do Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Muito bem. Muito obrigado, Mariana.

**A SRA. MARIANA LEVY** - Muito obrigada. Pela participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Quando eu estive na Embrapa, um dos diretores da EMBRAPA comentou, acho que o Vice-Presidente, que eles tinham 10 mil pesquisadores. E, obviamente, estão fazendo pesquisas estruturantes. Como seria bom se nós tivéssemos dezenas ou centenas de milhares de alunos fazendo a identificação dos produtores em cada Município brasileiro e transferindo essa tecnologia. Quer dizer, esse trabalho em rede de compartilhar, de aplicar a tecnologia, levar soluções locais, isto nos permite ter uma atuação muito mais forte, quer dizer, que efetivamente o conhecimento chegue a muito mais gente em todo o Brasil, quase que, vamos dizer, ao mesmo tempo, na medida em que criamos essa metodologia.

Muito bom, obrigado, Mariana.

Vou passar agora a palavra ao Gerson, Dr. Gerson Martins. Por favor.

**O SR. GERSON MARTINS** - Eu quero agradecer, Deputado, pelo convite. É fantástica toda essa experiência de poder ouvir o Ministro Haddad.



Com esse olhar também que a Zione colocou e que o José também colocou da importância dos Municípios, e aqui representando a Frente Nacional de Prefeitos, quero falar rapidamente um pouco sobre isso.

Eu trabalhei durante 10 anos numa administração municipal, numa prefeitura, onde eu era o chefe da Divisão de Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social. Bonito nome, não? Não era uma secretaria, não era um departamento; era uma divisão. Então, nós vemos bem assim qual o espaço institucional, que desenvolvimento e tecnologia ocupam dentro dos organogramas das Prefeituras. Nós precisamos ter muita atenção a isso. A maioria das políticas de desenvolvimento são políticas marginais, políticas periféricas, que não estão na agenda prioritária da Prefeitura, dos Prefeito e das entidades que os representam. Nós temos tentado mudar muito isso.

Para a minha felicidade, nesse Município que eu trabalhava, na região central do Estado São Paulo, São Carlos, eu tinha duas unidades da Embrapa, o UFSCar e dois *campus* da USP. Então, eu conseguia desenvolver o trabalho, com esse privilégio mesmo, trabalhando com empresas juniores das universidades, com os pesquisadores. E era fantástico o trabalho, pelo baixo custo, o que é importante, e também pelo o que o senhor falou em relação aos alunos. Os alunos experienciavam coisas que não seriam possíveis em sala de aula. Nós trabalhávamos principalmente com empreendimentos populares e coletivos. Então era uma experiência muito interessante para eles. É a política do ganha-ganha mesmo.

Então, eu acho que é fundamental entendermos qual o potencial das Prefeituras e os gargalos que elas têm para participar desse processo de desenvolvimento regional, dada a importância que elas têm nesse processo.

E, para terminar, do ponto de vista da FNP, nós temos um trabalho em parceria com o SEBRAE, inclusive, fruto de convênios que, desde 2009, nós estabelecemos com o SEBRAE, em que nós apoiamos o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico, que foi formado em 2010. Eu acho que seria uma articulação muito bem-vinda para dialogar com esse trabalho.



Hoje temos mais de 1.500 Secretários de Desenvolvimento Econômico cadastrados, formamos fóruns estaduais já em três Estados, nós temos os Fóruns Estaduais de Secretários de Desenvolvimento Econômico. Eu acho que seria um ator muito importante.

Entendo que qualquer processo, qualquer política, qualquer projeto de desenvolvimento local ou regional tem que olhar para o gestor público, para o ator político municipal, dando-lhe a devida importância. Hoje nós trabalhamos com algumas pautas que vêm do próprio SEBRAE, que é a questão da Rede Simples, da Rede Sim, com a ANVISA, com a questão inclusão produtiva, pensando na agricultura familiar, na economia solidária e no micro empreendedor individual. Mas trabalhamos também com compras públicas. Quer dizer, são vários temas, agendas, que estão colocadas para esse Fórum de Secretários que são fundamentais. As compras públicas, por exemplo, em determinados locais, o Município é o maior, tem o maior poder de compra. E fixar a renda no Município, na região, isso gera riqueza, gera trabalho, e acho que tem de ser incorporado na perspectivas que esse grupo vai estar pensando.

Então, é um pouco isso, colocando a FNP à disposição, colocando à disposição também para fazer essa articulação com o Fórum de Secretários, que eu acho que seria muito interessante, inclusive, para os secretários, que estão precisando cada vez mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Bem lembrado. Bom.

**O SR. GERSON MARTINS** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado, Gerson, pela contribuição. É bem interessante isso. Eu já fui Prefeito também, de Sorocaba, e enfim, trabalhei com cidades da região, e vemos que dificilmente um Prefeito tem condição hoje de ter essa visão estratégica da competitividade, dos cenários de futuros, de fortalecimento de arranjos produtivos, porque o Prefeito já tem tanta coisa pra resolver... *(Risos.)* Pavimentação, saneamento, segurança, tapa-buraco, jardins, manutenção da cidade, funcionalismo público, equilíbrio das finanças, educação, saúde pública. Hoje, são inimagináveis as responsabilidades de um Prefeito e normalmente, dispendo de uma estrutura extremamente frágil. Portanto, é



muito difícil imaginar que um Prefeito vai conseguir ter uma equipe que vai ter projetos de visão estratégica, de competitividade regional. É muito difícil.

Então, nós vamos certamente ajudar muito os Prefeitos, que acabam não conseguindo. Não é que eles não queiram, mas hoje eles não conseguem efetivamente chegar a esse ponto, que é fundamental para a cidade. Porque, se não tiver desenvolvimento econômico, todos nós sabemos que vai acontecer. Apesar de ele estar tomando conta de tudo, o que é importante, eu não tenho nenhuma dúvida de que a questão do desenvolvimento econômico é essencial. Não há como, sem emprego, sem geração de riqueza, porque não tem arrecadação de impostos. Quer dizer, nós ficamos realmente num drama muito grande.

Então acho que vai ser muito bom pensarmos, inclusive, a região, porque, é lógico, a produção, a questão agrícola e tudo mais, não são exatamente questões da cidade, do Município. É uma questão regional, as potencialidades são regionais.

Portanto, nós acredita muito nisso, inclusive, que a ANPROTEC sempre falou, dos parques tecnológicos ou dos pólos de inovação, que é aquela *triple helix*. Quer dizer, Governo, que é o que nós estamos fazendo aqui, articulando a academia com o setor produtivo. Então, isso aqui é quase que um conceito de um parque tecnológico, mas pensando estrategicamente um plano de desenvolvimento regional. É para aplicar tecnologia. Embora ele não desenvolva necessariamente tecnologia, ele aplica tecnologia e compartilha tecnologia nas soluções locais e com a realidade local.

Muito bem, obrigado.

A Frente Nacional é uma instituição muito forte e muito ativa.

Quero passar agora para o SEBRAE, que tem um papel fundamental no empreendedorismo do Brasil e que também tem várias experiências exitosas.

**O SR. AMARILDO BAESSO** - Bom dia ainda para todos.

Obrigado pelo convite. O nosso gerente Bruno Quick, que é um seu conterrâneo, e o senhor o conhece, não pode infelizmente comparecer nesta. Nós estivemos na anterior, foi até no... Nós estamos até brincando que estávamos evangelizando. No dia do Evangélico, nós estávamos aqui, enquanto a cidade estava em feriado.



Então, o SEBRAE tem parceria com quase todos, o Ministério da Integração, com ABDI, com a área e indústria, com a ANPROTEC, com o CNM, que são nossos parceiros. Com a FNP, nós temos o evento que será realizado no dia 24 e 25 de abril, que é o Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável, que, no ano passado, participaram mais de 10 mil pessoas, e trouxemos mais de mil Prefeitos. O Instituto Votorantim, que o Rafael faz parte.

Agora, reforçando a palestra, a aula que o senhor deu, apenas um tópico, que é a questão da desigualdade. Quando nós atingimos os 7 bilhões de habitantes, a ONU fez um levantamento que diz que 20% das pessoas do mundo detêm 70% da riqueza. Só que, no Brasil, um por cento detêm 75%. Então, nós somos mais de 22 vezes concentradores de riqueza em relação à média mundial.

Isso, para mim, é uma grande desigualdade. Eu tive oportunidade de morar por 4 anos na Inglaterra, e eu vi lá o que é igualdade. Quando eu era cleaner em uma universidade, e o Reitor ganhava um doze avos do que eu ganhava trabalhando 3 horas. Se eu trabalhasse 6 horas, eu ganharia um sexto, porque ele era pós-doc, com tudo, e eu um analfabeto, talvez, funcional. *(Risos.)* Poderia estar fazendo lá o trabalho.

Mas o SEBRAE tem muito a contribuir. Eu vou parar de falar.

Só vou passar um vídeo de 5 minutos, porque nós estamos desenvolvendo um líder lá na região do meio-sul do Rio Grande do Sul. De Uruguaiana até Rio Grande, nós temos três Programas Líder, dos quais as pessoas vão falar, e eu acho que vale mais do que eu ficar falando aqui. *(Risos.)*

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ROBSON JOSÉ DE CARVALHO SCHMIDT** - Então, essa é a metodologia que estamos induzindo. Depois, o SEBRAE acaba saindo e os protagonistas locais assumem essa agenda. Essa é uma forma de trabalhar a competitividade com os três setores.

Então, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Muito obrigado.

O Guilherme Afif, que é uma pessoa extraordinária e um grande entusiasta do empreendedorismo, não pôde estar presente hoje, mas também quer participar e dar suas contribuições. Eu tive oportunidade de conversar com ele duas vezes sobre



isso. Ele está muito entusiasmado com a parceria do SEBRAE, com as universidades, com esse arranjo institucional, e colocou-se à disposição para o que for necessário. E ele também me contou que foi criada uma ferramenta bastante atual com levantamento de informações sobre o setor produtivo, sobre a geração de riqueza local.

**O SR. ROBSON JOSÉ DE CARVALHO SCHMIDT** - É o DataSEBRAE.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - É o DataSEBRAE, uma ferramenta que pode ajudar no levantamento de informações para o diagnóstico local. Isso é muito bom.

Vocês veem o clima, o ambiente, quando a construção é feita de uma forma democrática, participativa. Isso vai empoderando as pessoas, vai permitindo uma articulação entre os atores locais, o que é muito bom.

Eu passo a palavra agora à Sra. Betina, Assistente Técnica do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE, que tem grandes e importantes contribuições para essa visão estratégica dos programas dos Ministérios.

**A SRA. BETINA FERRAZ BARBOSA** - Em nome do CGEE, agradeço o convite. Sr. Deputado, eu também queria lhe informar que, infelizmente, o meu diretor, o Galvão, não pôde vir porque nós estamos envolvidos até o último fio de cabelo com a SBPC. E isso significa que daqui a 4 dias precisamos apresentar alguns estudos e produtos do CGEE nesse importante encontro. Então, assim, estamos malucos, finalizando relatório, sumários executivos e apresentações. Mas volto a dizer que é um prazer estar neste grupo de trabalho e que o meu Centro fica muito honrado por ter sido convidado.

Eu queria deixar um abraço especial para o Ministro Paulo Haddad, de quem já fui parceira de trabalho em alguns momentos — no IPEA, no Banco Mundial. É sempre muito bom revê-lo.

O CGEE está pronto para participar dessa iniciativa. Nós temos feito trabalhos importantes não só com foco nacional e regional, mas também com importantes articulações internacionais. Isso faz do CGEE uma instituição especial, porque ele olha para o Brasil e também para fora do Brasil. E isso traz parâmetros de qualidade, sobretudo agora com a mudança das agendas no âmbito na ONU, para



essa questão do desenvolvimento sustentável, para a área de ciência, tecnologia e inovação. Eu acho que essa é uma questão muito importante.

Então, eu diria que, no âmbito nacional, já poderíamos contribuir com experiências que temos desenvolvido em algumas regiões brasileiras com os Planos de Ciência, Tecnologia e Inovação — PCTIs. Nós o desenvolvemos para o Brasil e de forma mais detalhada para algumas regiões. Esse plano nos permite ter um mapa de como a ciência, tecnologia e inovação no Brasil vem sendo trabalhada e usada. Quer dizer, há uma aproximação entre oferta e demanda e a compreensão desses desafios para o desenvolvimento regional.

Desenvolvemos um importante trabalho agora, sob a coordenação do GEF, que é o mecanismo de financiamento ONU-Banco Mundial, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, e é o projeto que o CGEE está coordenando para Brasil, chamado Cidades Sustentáveis. É um importante projeto que pode adensar também mais informações e qualidades.

Como lembrou o Deputado Ariosto Holanda, o Sr. Antônio Rocha Magalhães, que também está no CGEE, é meu colega de trabalho, vem desenvolvendo um conjunto de mecanismos, de plataformas, de compreensão para que a ciência e tecnologia possam vir a ajudar em temas centrais no Brasil.

No caso do Semiárido brasileiro, nós lançamos, há 5 dias, o primeiro Diagnóstico Latino-americano de Desertificação e Áreas Degradadas demonstrando de que forma esse diagnóstico pode ajudar os Municípios brasileiros da região Semiárida e de que forma esse relatório está associado a parâmetros de qualidade internacional ligado à Convenção-Quadro da ONU sobre o Meio Ambiente.

Então, existe um conjunto de coisas, de trabalhos e de iniciativas com as quais o CGEE pode ajudar e colaborar nessa iniciativa. O que mais tem nos incentivado nisso tudo é a ideia de que realmente essa questão do desenvolvimento regional precisa voltar a ser debatida no Brasil e precisa voltar a ser um motor de política, não só de compreensão no sentido de *policy*, mas também de vontade política para que a gente coloque em curso transformações.

O CGEE, desde o início, está à disposição, como eu já falei. Ao longo dos últimos 10 anos, o CGEE não só tem desenvolvido conhecimentos e estudos, mas também um conjunto de ferramentas e de métodos de trabalho, que também, agora,



nos últimos 4 anos, estão mais voltados para o entendimento de um conjunto de indicadores de partidas, indicadores de chegadas, e associar isso a conhecimentos tecnológicos, ferramentas tecnológicas, e associar isso à Internet inteligente, mapeamento de redes.

Na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, nós vamos apresentar um trabalho que só poderia vir a somar a essa iniciativa. É uma leitura do destino da inteligência da pós-graduação brasileira, Ministro Haddad, nos últimos 20 anos no Brasil.

O trabalho mostra para onde tem ido a inteligência da pós-graduação brasileira: para onde vão os mestres e doutores no Brasil; para qual tipo de empresa; para quais áreas do conhecimento; qual o perfil de remuneração dessas pessoas; quais são os centros no Brasil que formam esses pesquisadores e cientistas; quais são as empresas públicas que absorvem esses pesquisadores; quais são as empresas privadas.

Então, é só um exemplo para a gente ter uma ideia de como se pode adensar conhecimento e também ferramentas, porque essa ferramenta tecnológica de mapeamento de redes foi desenvolvida também no CGEE. Então, é uma contribuição muito interessante essa proposta que o senhor nos traz.

Eu vou ficar por aqui. A gente espera contribuir e compartilhar essa agenda com o senhor.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado.

Os senhores viram que isso aqui é uma construção, portanto, os senhores não caíram aqui por coincidência. A gente foi mapeando os parceiros estratégicos para construir isso.

Eu estive lá no CGEE recentemente, eu fiquei impressionado, porque eles criaram algo que é inovador, inclusive no âmbito mundial, é um mapa das competências tecnológicas. Há um mapeamento de quem está fazendo o quê e onde está sendo feito, para que nós possamos atuar em rede, não é Professor? Essa inteligência estratégica é fundamental.

Nós percebemos que temos tudo — um País com grandes potencialidades e muita gente trabalhando na pesquisa —, agora, nós precisamos fazer o diagnóstico



de cada microrregião e do que tem sido feito. Há várias experiências, mas, talvez, a única instituição que tenha um número extraordinário de *campi*, de professores, de pesquisadores e de alunos sejam os Institutos de Ensino Superior.

Então, se nós conseguíssemos organizar tudo isso — esses conhecimentos, esses aprendizados — e articular isso para que seja feito um bom diagnóstico local, que eles ajudem na liderança (*Ininteligível.*), é lógico, com a ABDI, com o SEBRAE, com outras instituições, com a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios, Vereadores, enfim.

Então, nós podemos ajudar a construir, porque não é fácil uma universidade fazer isso. Ela precisa, também, aprender a fazer isso. E nós precisamos descobrir qual seria a melhor forma dessa construção estratégica para que isso acontecesse. É preciso um bom diagnóstico local. Esses alunos, inclusive, vão estudando as oportunidades, o que precisa ser feito, as soluções locais. Assim, quando saírem, em vez de ficarem mandando currículo para o Brasil inteiro, eles já são parte da solução, porque sabem o que está faltando. Essa oportunidade de empreender ali a solução é muito interessante, porque vai acabar fazendo com que muitos desses alunos, criativos, empreendedores, permaneçam na própria região, potencializando a geração de riqueza, enfim, melhorando o ambiente de negócios. E é um exercício, como foi dito aqui também, das empresas juniores. Agora nós temos uma legislação nova que permite isso. Eu fui processado pelo Ministério Público Federal porque contratei uma empresa júnior para desburocratizar a Prefeitura.

Enfim, vimos de momentos difíceis. Acho que agora estamos num momento favorável, com Governo novo e todo mundo querendo sair dessa crise rápido. Eu não tenho dúvida de que podemos juntar gente boa, com experiência, com conhecimento. E, se tivermos método para fazer isso, liderança, e persistirmos, é bem possível que possamos construir uma forma de criar uma grande sinergia por este Brasil inteiro, com esses 1.300 *campi* universitários, que, sem sombra de dúvida, são uma riqueza extraordinária ainda a ser melhor aproveitada em função das soluções locais.

O encontro de hoje foi ótimo para temos motivação, vermos experiências do mundo que deram certo, entendermos um pouco da história dessa luta pelo desejo



de construção de oportunidades de desenvolvimento regional, com o Professor e Ministro Paulo Haddad.

E o que queremos propor a partir de hoje? Vocês podem observar aqui uma coisa estranha: onde estão as universidades? Elas estão no grupo. Pelo amor de Deus, eu jamais faria isso sem ouvir as universidades, que eu iria apanhar muito, não é? (*Riso.*) Não é isso. Nós já fizemos uma reunião com as universidades, elas estão no outro grupo de trabalho. Então, na verdade nós temos 30 instituições. Aqui temos umas dez. São 10 ou 8 de financiamento. Temos um grupo com a ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; a ABRUEM — Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; o CRUB — Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Todos eles estão muito motivados e também já estão montando os grupos. Então vamos elaborando e juntando tudo isso. É um exercício grande. A parte boa é que temos mais gente ajudando. A parte difícil é conseguir organizar os grupos de trabalho.

Mas o encontro de hoje foi muito bom. Acho que foi muito mais um momento de sensibilização, para conhecermos o potencial do grupo, que é extraordinário, as potencialidades do trabalho a ser construído aqui coletivamente. E agora o desafio é montar esses grupos de trabalho.

Eu gostaria de sugerir, neste primeiro momento, que nós pudéssemos ter encontros mensais, uma vez por mês. Nós podemos ajudar na organização da dinâmica, e aí seriam efetivamente grupos de trabalho, com menor formalidade que hoje. Montaríamos mesmo oficinas de trabalho, como vocês conhecem, com grupos, dividiríamos a turma em dois ou três grupos, para discutir, fazer proposições.

Eu gostaria de receber de vocês oportunidades de conhecermos o que já está sendo feito. Isso as nossas equipes já poderiam estar vendo. Por exemplo, o trabalho do Líder. Foi apresentada aqui uma série de experiências interessantes que vale a pena conhecermos, porque é essa experiência acumulada que vai nos permitir chegar mais próximo da viabilidade da proposta.

E eu queria saber qual é o dia mais fácil para vocês, se é quinta-feira, sexta-feira, segunda-feira. Querem que eu coloque em votação? Porque esta Casa só funciona com votação. (*Risos.*) Já estão tão acostumados. Como é: aqueles que



forem favoráveis permaneçam como estão, aqueles que forem contrários devem se manifestar?

Hoje é uma quinta-feira. Se vocês acharem que quinta-feira é uma data possível de articular, faríamos a proposta de nos reunir na primeira semana de agosto, logo depois do nosso recesso parlamentar. Eu queria propor de fazermos um novo encontro na primeira quinta-feira de agosto, para já começar a fazer as propostas e colocá-las no papel — não é, Ministro? —, para termos, em 3, 4, 5 meses, pelo menos até o final do ano — não é, Eduardo? —, essa proposta consolidada.

Vocês têm alguma sugestão?

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - A primeira quinta-feira é dia 4 de agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Dia 4 de agosto.

Com a palavra o Deputado e professor Ariosto Holanda

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Eu queria só aproveitar a intervenção do Wellington Simões. Ele tratou de dois assuntos, ou melhor, não tratou, mas são de uma importância muito grande para o Nordeste. Dizem respeito à gestão de recursos hídricos. Hoje nós estamos vivendo um problema de seca muito grande. Acho que as universidades poderiam participar muito desse processo de gestão. Nós não temos o gestor de recursos hídricos.

Toda universidade normalmente tem um curso de recursos hídricos. Cada vez que ocorre uma seca, vem aquela luta de combate à seca. Mas não é combate, é de convivência com a seca. Não temos ainda uma solução sobre a questão da seca.

Nós temos uma riqueza no Nordeste que nunca foi devidamente explorada, são os perímetros de irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS. São mais de 70 perímetros de irrigação, que poderiam ser uma riqueza deste País.

No levantamento que eu fiz sobre os perímetros de irrigação, verifiquei que mais de 50% deles não estão devidamente implantados. Mais de 50%! E os que estão implantados somente têm capacidade de 30% de produção. São duas áreas estratégicas para o Nordeste que poderiam constituir uma riqueza muito grande.



Eu ia perguntar também, Deputado Vitor Lippi, a alguém da sua consultoria ou a alguma das pessoas que estão aqui, da ANPROTEC, da ABDI, da EMBRAPA: como vocês estão vendo a questão dos fundos setoriais?

Os fundos setoriais, Haddad, representam por ano 5 bilhões. Por lei, 30% deveriam estar sendo aplicados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Acho que esse é um assunto que o CGEE, juntamente com a ANPROTEC e a ABDI, poderia discutir.

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - Já existe manifestação, o problema é contingenciamento.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sim, mas vamos para cima. O problema também não é nem contingenciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - É ter um projeto e lutar por ele.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - O problema é o seguinte: como está sendo aplicado? Quando vão aplicar, é um edital dito nacional. O edital nacional trata igualmente os desiguais. Ora, se são 30% para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que seja definido um conselho de aplicação para essas regiões. Então, eu acho que esses fundos deveriam ser revistos, deveria se ver como está sendo a aplicação. Isso interessa a todo mundo.

Betina, o CGEE poderia comandar esse processo, juntamente com as outras instituições.

Em relação ao Gerson, dos da Frente Nacional de Prefeitos: Gerson, quantos Municípios têm Secretaria de Ciência e Tecnologia?

**O SR. GERSON MARTINS** - Essa é uma grande pergunta! Quase nenhum.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Quase nenhum! Mas eu garanto que todo Município sabe para que serve o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, mas 99% não sabem para que serve o Ministério da Ciência e Tecnologia.

**O SR. JOSÉ ALBERTO SAMPAIO ARANHA** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Então, é um desafio muito grande fazer com que os Municípios se conscientizem da importância da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura. São áreas estratégicas do conhecimento que podem mover a economia dessas regiões.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Obrigado.

Eu tenho uma informação. Você quer passar?

**O SR. HENRIQUE PARANHOS SARMENTO LEITE** - Eu só queria dizer que, no próximo dia 30 de agosto, vai haver um seminário na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia — CINDRA para discutir precisamente o tema que o senhor levantou aqui, os fundos setoriais, por que o desempenho deles está aquém do esperado, a vazão, o uso mais estratégico do assunto etc. Inclusive, há convidados que estão nesta mesa que vão ser convidados para o seminário também, naturalmente começando do próprio Ministério da Integração, da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O convite deve estar chegando para os senhores nos próximos dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Está ótimo. Obrigado.

Eu queria, mais uma vez, agradecer ao nosso Deputado Ariosto Holanda, ao nosso Ministro.

Só 1 minutinho, o Renato vai falar.

**O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI** - Só vou dar uma informação rápida justamente sobre portal e-Democracia, da Câmara. Ele tem ferramentas para podermos trabalhar e compartilhar informações. Por exemplo, informações como essas de experiências já realizadas ou informações de bancos de dados diversas podem ser disponibilizadas nesse *site*. Deixamos claro que vai ser uma disponibilização restrita apenas aos participantes dos grupos de trabalho. A ideia é justamente que esses arquivos todos...

A informações mais detalhadas daremos depois.

**(Não identificado)** - O senhor teria essa ferramenta para vermos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Vocês aguentam mais 3 minutos? Ele vai mostrar uma ferramenta desenvolvida aqui para facilitar esse grupo.

**O SR. RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI** - Muito sucintamente, não vou entrar em muitos detalhes, vou falar sobre essa ferramenta do e-Democracia: basicamente, vamos ter um local em que arquivos podem ser inseridos, temos também sessão temática, onde podemos discutir os assuntos. Cada grupo de trabalho vai ter seu tópico específico, que pode acessar prioritariamente, mas pode



acessar os demais também, evidentemente. Cada participante recebe um *link*, por meio do qual acessa a área restrita do *site*.

Se vocês abrirem o e-Democracia, vocês vão ver que lá há temas de discussão, mas esse nosso tema não vai aparecer. Para ele, haverá um *link* específico, que vocês recebem por *e-mail* para acessar. Podem ser inseridas todas essas informações, discussões diversas.

Há também a ferramenta Wikilegis, uma espécie de consulta pública — vamos dizer assim, facilitando os termos — em que se pode colocar um documento, uma minuta de documento, uma proposta. Não precisa ser necessariamente uma proposta legislativa, pode ser uma discussão de um documento coletivo, por exemplo. Cada qual pode oferecer suas contribuições, comentários, sugestões de modificação para aperfeiçoar esse documento até que se chegue a certo ponto que esse documento pode ser fechado.

Essa é uma apresentação básica. O convite será enviado por *e-mail*. Por exemplo, essa é a página visível para todos, para qualquer cidadão. No *link* que vocês terão, aparecerá um caminho específico, justamente com a temática do estudo relatado pelo Deputado Vitor Lippi.

Era isso basicamente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vitor Lippi) - Na próxima reunião, faremos uma apresentação de como usar, para utilizarmos melhor.

Queria, mais uma vez, agradecer, Eduardo, todo o seu empenho e de toda a sua equipe e desejar muito boa sorte. E nos ajudem lá também.

Queria também, mais uma vez, agradecer ao Deputado Ariosto Holanda, agradecer ao nosso Ministro Paulo Haddad e agradecer a cada um de vocês, que têm tão bem representado o Brasil, agora juntos num grande projeto. Estamos muito motivados e muito entusiasmados. Temos certeza de que vamos conseguir sugerir algo bastante interessante, bastante promissor.

Queria deixar uma saudação estratégica para cada um de vocês, já que o nosso pensamento aqui é sempre estratégico.

Obrigado. Obrigado pelo trabalho. Grande abraço a vocês! (*Palmas.*)